



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS
CURSO DE LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

JOSÉ ALDO SANTOS FERREIRA

**UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-DISCURSIVA DAS CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS NO
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO**

CAJAZEIRAS - PB

2023

JOSÉ ALDO SANTOS FERREIRA

**UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-DISCURSIVA DAS CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS NO
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras – Língua Portuguesa, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande – *Campus* de Cajazeiras - como requisito de avaliação para obtenção do título de licenciado em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa

CAJAZEIRAS - PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação -(CIP)

F383a Ferreira, José Aldo Santos.
Uma análise semântico-discursiva das conjunções explicativas no texto dissertativo-argumentativo / José Aldo Santos Ferreira. – Cajazeiras, 2023.
71f. : il. Color.
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Vanice Lacerda de Melo Barbosa.
Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) UFCG/CFP, 2023.

1. Gênero textual. 2. Conjunções explicativas. 3. Construção da Argumentação. 4. Texto dissertativo - Argumentativo. I. Barbosa, Maria Vanice Lacerda de Melo. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 81'42

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

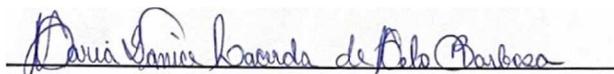
JOSÉ ALDO SANTOS FERREIRA

**UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-DISCURSIVA DAS CONJUNÇÕES
EXPLICATIVAS NO TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO**

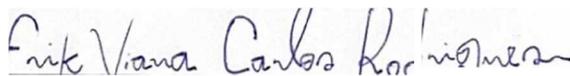
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Letras, da Unidade Acadêmica de Letras, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande — Campus de Cajazeiras, como pré-requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras — Língua Portuguesa.

Aprovado em: 16/11/2023

Banca Examinadora:

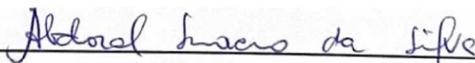


Prof.^a Dr.^a Maria Vanice Lacerda de Melo - Orientadora
(UAL/CFP/UFCG)



Prof. Me. Erik Viana Carlos Rodrigues – Examinado 1

(EEEFM Mons. Constantino Vieira / EMEIF Manoel Gonçalves da Silva)



Prof. Esp. Abdoral Inácio da Silva — Examinador 2
(UAL/CFP/UFCG)

A Deus, fonte de força.

À minha família.

À minha esposa.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre estar comigo e por não me deixar desistir de sonhar.

À minha família, por ter acreditado em mim e me apoiado. À minha mãe, Maria Selma dos Santos Ferreira, por ser a minha influência como futuro docente.

RESUMO

A argumentação é um recurso que utilizamos tanto na fala quanto na escrita. Através dela, buscamos fazer com que outras pessoas concordem com nossa opinião e, em textos específicos, como na redação do ENEM, colaboramos para a defesa de uma tese em relação a um tema. Nesse contexto, no presente trabalho, o objetivo geral é analisar o papel das conjunções explicativas no processo de construção da argumentação em textos dissertativo-argumentativos e, como objetivos específicos, identificar, nas redações, a ocorrência das conjunções explicativas; bem como compreender as relações de sentido entre elas e a oração a que pertencem, além de investigar a adequação do emprego dessas conjunções e as possibilidades intencionais do produtor ao utilizá-las para a defesa da tese. Para atingir os objetivos propostos, num primeiro momento foi construído o arcabouço teórico sobre o tema, com base, principalmente, nos estudos de Azeredo (2010), Bechara (2003), Câmara Júnior (2011), Koch (1993, 2003; 2014), Lima (2012), Marcuschi (2010), entre outros. Posteriormente, foi realizada a seleção do corpus do trabalho, as redações fazem parte de um banco de dados disponibilizado pelo INEP e por outras mídias, sendo que as que serão analisadas estão disponíveis no site do G1 - educação. Assim, neste trabalho, com os estudos acerca da construção da argumentação e do uso e sentido das conjunções explicativas, tivemos o objetivo de colaborar com estudos futuros, a fim de que tanto professores quanto alunos possam discutir possibilidades de construção de textos argumentativos com o auxílio das conjunções, numa perspectiva do trabalho com o ensino da gramática contextualizada.

Palavras-chave: Conjunções explicativas. Argumentação. Texto dissertativo-argumentativo.

ABSTRACT

Argumentation is a resource that we use both in speaking and writing. Through it, we seek to make other people agree with our opinion and, in specific texts, such as the ENEM essay, we collaborate to defend a thesis in relation to a topic. In this context, in the present work, the general objective is to analyze the role of explanatory conjunctions in the process of constructing argumentation in dissertation-argumentative texts and, as specific objectives, to identify, in essays, the occurrence of explanatory conjunctions; as well as understand the relationships of meaning between them and the sentence to which they belong, in addition to investigate the appropriateness of using these conjunctions and the producer's intentional possibilities when using them to defend the thesis. To achieve the proposed objectives, initially the theoretical framework on the topic was constructed, based mainly on studies by Azeredo (2010), Bechara (2003), Câmara Júnior (2011), Koch (1993, 2003; 2014), Lima (2012), Marcuschi (2010), between others. Subsequently, the corpus of work was selected, the essays are part of a database available by INEP and made available to other media, and those that will be analyzed are available on the G1 - Education website. Thus, in this work, with studies on the construction of argumentation and the use and meaning of explanatory conjunctions, we aimed to collaborate with future studies, so that both teachers and students can discuss possibilities for constructing argumentative texts with the help of conjunctions, from a perspective of working with the teaching of contextualized grammar.

Keywords: Explanatory conjunctions. Argumentation. Dissertation-argumentative text.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	-	Classes de Palavras.....	28
Quadro 2	-	Classes de Palavras.....	30
Quadro 3	-	Síntese da visão tradicional vs contemporânea sobre as conjunções explicativas.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP -	Centro de Formação de Professores
ENEM –	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP-	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LT-	Linguística Textual
TCC -	Trabalho de Conclusão de Curso
UAL -	Unidade Acadêmica de Letras
UFCG -	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 TEXTO: CONCEITOS, GÊNEROS E TIPOS	12
2.1 TEXTO: NOÇÕES GERAIS	12
2.2 FATORES DE TEXTUALIDADE	14
2.2.1 A coesão.....	14
2.2.2 A coerência	15
2.2.3 A intencionalidade.....	16
2.2.4 A aceitabilidade	17
2.2.5 A situacionalidade	17
2.2.6 A intertextualidade.....	18
2.2.7 A informatividade	19
2.3 GÊNEROS TEXTUAIS: BREVE DISCUSSÃO TIPOS TEXTUAIS	20
2.4 TIPOS TEXTUAIS	22
2.4.1 Argumentação.....	24
2.4.2 O texto argumentativo	25
3 AS CONJUNÇÕES NA LÍNGUA PORTUGUESA : ASPECTOS GERAIS	28
3.1 ENSINO DE LÍNGUA E CLASSE DE PALAVRAS	28
3.2 ORIGEM DAS CONJUNÇÕES	30
3.3 A MULTIFUNCIONALIDADE DAS CONJUNÇÕES.....	31
3.4 CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS NA GRAMÁTICA NORMATIVA E FUNCIONALISTA	34
4 METODOLOGIA	38
5 ANÁLISE DAS CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS PRESENTES NA ESTRUTURA DOS TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48
ANEXO – REDAÇÕES	50

1 INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), constituído em 1998, mas renovado em 2009, é considerado a porta de entrada para as universidades públicas e privadas de ensino superior em nosso país. Como forma de avaliação, o Enem busca analisar o desempenho do aluno-participante em relação aos conteúdos estudados nos vários componentes curriculares da Educação básica e em relação à redação.

A proposta de redação nesse exame consiste na elaboração de um texto dissertativo-argumentativo, em que se apresenta uma tese e o encadeamento de ideias em defesa de um ponto de vista. Para um bom desempenho na redação, o aluno deve produzir um texto coeso/coerente, fazendo uso dos mecanismos (linguístico, cognitivo, semântico, estilístico), pautados na boa escrita, pensamento crítico e proposta de intervenção, utilizando de forma adequada os argumentos em defesa do seu ponto de vista.

Nesse contexto, o uso adequado das conjunções explicativas representa um fator importantíssimo para a boa relação e qualidade dos argumentos utilizados pelo aluno na produção do texto dissertativo-argumentativo. Assim em busca de esclarecimentos sobre a construção da argumentação em textos dissertativo-argumentativos, discutiremos, neste trabalho, uma questão fundamental para o sucesso da redação: o emprego das conjunções como recurso argumentativo.

Assim, será feita uma análise do aspecto semântico-discursiva das conjunções explicativas nos textos dissertativo-argumentativos (redações), e seu papel na constituição dos argumentos utilizados para a defesa da tese. Este é o objetivo geral do trabalho. Como objetivos específicos, traçamos os seguintes: i) Identificar, nas redações, a ocorrência das conjunções explicativas; ii) Compreender as adequações de uso das conjunções para a defesa da tese; iii) investigar os efeitos de sentido/ orientações conclusivas, tendo em vista o emprego das conjunções explicativas.

Quanto aos aspectos metodológicos, essa pesquisa se caracteriza como bibliográfica documental e de abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013). O *corpus* analisado consta de 10 (dez) redações das últimas 9 (nove) edições do ENEM, de um total de 89, escolhidas conforme a recorrência das conjunções explicativas, duas redações de cada ano, de candidatos que obtiveram nota máxima. As redações fazem parte de um banco de dados disponíveis pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e disponibilizado para

outras mídias, sendo que as que serão analisadas estão disponíveis no site do G1 - Educação. Nessa plataforma, professores fazem uma análise da estrutura do texto dissertativo-argumentativo, destacando os recursos e estratégias utilizadas pelos participantes da prova os quais contribuíram para um ótimo desempenho.

Este estudo poderá contribuir tanto para o (a) candidato (a) que vai prestar exame do ENEM quanto para os docentes, nas atividades de preparação do discente para o ENEM, uma vez que se trata de uma pesquisa teórico descritiva.

Esta também procura ser uma tentativa de esclarecimento de possíveis lacunas acerca do tema, pois as conjunções ainda são apresentadas aos alunos como apenas conectores de orações, sem se levar em consideração os aspectos semânticos no texto. O sentido e o papel argumentativo desses operadores são ignorados, pois, comumente, apenas as informações são consideradas como argumentos, não destacando, por exemplo, a presença de operadores argumentativos. Com esse esclarecimento, tanto aluno quanto professor poderá tornar o processo de construção do texto argumentativo mais simples, ao utilizar as conjunções no momento adequado e com sentido. Observando sentidos e orientações conclusivas que se esperam ser admitidas.

Esta pesquisa se justifica uma vez que é de fundamental importância que os alunos, os quais prestarão a prova do ENEM, tenham contato com materiais teóricos que possibilitem uma melhor compreensão das inúmeras possibilidades de uso das conjunções explicativas no desenvolvimento, bem como compreender a importância das conjunções para o encadeamento dos argumentos utilizados na produção do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, os professores poderão utilizar este material como subsídio para o desenvolvimento de aulas de produção de texto.

O presente trabalho organizou-se da seguinte maneira: no capítulo 1, consiste esta introdução onde apresentamos o objetivo, justificativa, problema, breves considerações metodológicas e uma síntese de cada um dos capítulos desse estudo.

No capítulo 2, abordamos as concepções de texto na perspectiva de Koch (2003) e Silveira (1986), bem como os fatores de texturalidade na ótica de Koch (2007, 2008, 2014), e Marcuschi (2008). Ainda nesse capítulo, discorreremos sobre os tipos textuais e suas classificações de acordo com as teorias de Marcuschi (2000) e Travaglia (1991,2007). Abordamos, também, as concepções de gêneros textuais/discursivos com embasamento nas teorias de Bakhtin (2000,

2003), no que se refere ao termo , e Marcuschi (2000, 2001), no que se refere às modalidades textuais.

No capítulo 3, tratamos sobre abordagens gerais a respeito das conjunções, como sua origem, definição e classificação com base nos estudos de Câmara Jr. (1986), Castilho (2017). Ainda discorremos sobre as conjunções explicativas na perspectiva da gramática normativa e funcionalista nas concepções de Lima (2003), Bechara (2003), Neves (2000) e Azeredo (2010).

No capítulo 4, constitui a metodologia, nela discorreu-se sobre a natureza da pesquisa, amostra, e as escolhas metodológicas que nortearam o estudo (anteriormente brevemente sinalizada). O capítulo 5 consiste na análise e resultado do estudo, através da observação do uso das conjunções explicativas, e a sua importância no encadeamento dos argumentos presentes no texto dissertativo-argumentativo.

E, por fim, apresentamos as considerações finais relativas a essa pesquisa, nas quais ponderamos importantes reflexões sobre o objeto da nossa pesquisa.

2 TEXTO: CONCEITOS, GÊNEROS E TIPOS

Neste capítulo, discutiremos sobre a mudança de paradigma realizada através dos estudos da Linguística Textual que trouxe para as aulas de Língua Portuguesa, o texto como objeto central de ensino, bem como discerniremos sobre os fatores da textualidade, conforme Koch (1992,2003, 2004, 2007,2008, 2014). Em seguida, abordaremos os conceitos sobre tipos textuais de acordo com os estudos de Travaglia (2004) e Marcuschi (2000), e de gêneros textuais segundo Marcuschi (1983, 1988, 2002, 2008) e Bakhtin (2003). Ainda nesse capítulo, discorreremos sobre a argumentação de acordo com Koch (2011), e o texto dissertativo-argumentativo nas concepções de Alencar e Faria (2011), Araújo (2017) e Serafini (1992).

2.1 TEXTO: NOÇÕES GERAIS

De acordo com Silveira (1986, p. 65), “o texto é uma unidade significativa, cuja análise necessita de critérios de coerência, coesão e contexto situacional”. Ao falarmos sobre texto, devemos ter como pressuposto a corrente teórica Linguística Textual (doravante LT), pois se entende que foi, a partir do surgimento dessa corrente, que o texto se tornou objeto de estudo. De acordo com Rocha e Silva (2017, p. 26),

a linguística textual, doravante LT, surgiu na Europa, mais precisamente, na Alemanha, por volta da década de 1960. Nesse período das ascensões linguísticas, destacam-se nomes importantes como Halliday, Weirich, Ducrot, Dressler, Harris, Hjelmslev, Benveniste, Jakobson, Pêcheux, além de outros precursores. As investigações desses autores deram outra visão aos estudos até então realizados pela ciência do texto. A LT transformou os métodos de trabalhar o texto. Três linhas de estudos foram predominantes nessa concepção de uma linguística voltada para o texto, a saber: a retórica, a estilística e o formalismo russo.

No início de seu surgimento, essa linha de estudos não se preocupava com o texto em si, pois, de acordo com Koch (2004, p. 7), “a linguística textual teve inicialmente por preocupação descrever os fenômenos sintático-semântico recorrentes em enunciados ou sequências de enunciados, alguns deles inclusive, semelhantes aos que já haviam sido estudados no nível da frase”. Nesse sentido, apenas as frases eram tidas como objeto de análise, porém, com a expansão

da LT, a partir da década de 1970, começa-se a ter interesse pela unidade básica de sentido, o texto.

Mesmo com o interesse pelo todo significativo, a maior preocupação dessa corrente linguística com o seu objeto de estudo adquire destaque na década posterior, visto que “somente a partir de 1980, contudo, que ganham corpo as Teorias do Texto [...]”, conforme ressalta Koch (2004, p. 8). Com essa expansão, vemos as grandes investigações e as novas tendências para o estudo e ensino da materialidade textual tanto em língua materna como também estrangeira. Vê-se, pois, que o texto passa a ser o foco de estudos dessa área linguística. Sobre esse entendimento, Koch (2004, p. 11) ressalta:

A Linguística Textual toma, pois como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa.

Desse modo, a LT passa a dar importância aos fatores e critérios de textualidade contidos na manifestação linguística. Estudar o texto é estudar uma estrutura dotada de sentido, com objetivações e intenções definidas, pois, de acordo com Cavalcante *et al.* (2009, p. 25-26), sabemos que “não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz, a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representa os lugares sociais que ocupa”. Da mesma maneira ocorre com o texto.

O texto que é, pois, materializado na comunicação verbal, mais precisamente, pelo encadeamento das ideias. Nas palavras de Koch (2014), a LT trata o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Assim, a teoria do texto está permeada por um viés interdisciplinar, visto que lança olhares para uma gama de fatores linguísticos, como o pragmático, o semântico, o lexical, o gramatical, o social, ou seja, fatores estes que complementam a estrutura e funcionalidade do objeto de estudo dessa corrente linguística.

Sendo assim, vemos que o foco da LT é o texto tanto escrito como oral, uma vez que é nesse ambiente que a linguagem se manifesta. Para produzir um bom texto, portanto, é importante saber utilizar os critérios de textualidade, como ferramentas facilitadoras para a

construção do texto coerente e coeso. Dessa forma, o conjunto de características que fazem com que um texto seja considerado como tal é definido como textualidade. Segundo Beaugrande e Dressler (1983 *apud* Val, 1999), são sete os fatores responsáveis pela textualidade, sendo centrados no texto: coesão, coerência, e centrados nos usuários: a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade, considerados fatores pragmáticos. Sobre estes fatores que trataremos no tópico seguinte.

2.2 FATORES DE TEXTUALIDADE

Existem diversos critérios que caracterizam como, de fato, um texto , e não apenas como um conjunto de frases isoladas reunidas indiscriminadamente e registradas em um determinado suporte físico ou virtual. Em outras palavras, conforme afirma Costa (2009, p. 128): “[...] a construção de um texto tem como fundamento vários fatores que promovem a sua unidade e fazem com que sequências linguísticas sejam textos”. É nesse contexto que nos deparamos com os fatores de textualidade compreendidos como: coesão, coerência, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade, informatividade e a intertextualidade (também conhecidos como fatores de textualização), os quais conheceremos em maiores detalhes, trazendo concepções sobre cada um deles..

2.2.1 Coesão

De acordo com Koch (2007, p. 45), “podemos conceituar a coesão como fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos linguísticos presentes na superfície textual se encontram interligados entre si, por meio de recursos também linguísticos, formando sequências veiculadoras de sentidos”.

Compreende-se, então, que a coesão textual caracteriza-se pela relação harmônica de elementos linguísticos presentes na nossa língua, utilizados com o objetivo de conectar frases e parágrafos, tendo como função, agir juntamente com a coerência para dar um sentido amplo ao texto. Sobre essa interdependência, Koch (2014, p. 58) ressalta:

Portanto, nos textos em que a coesão está presente – já que ela não é condição nem necessária, nem suficiente da coerência -, pode-se afirmar que ambas passam a constituir as duas faces de uma mesma moeda, ou então, para usar de uma outra metáfora, o verso e o reverso desse complexo fenômeno que é o texto.

No entendimento da autora, coesão e coerência são fatores que se complementam no propósito comunicativo. No entanto, um texto pode ser coeso, mas não significa que ele seja coerente, pois a coerência não está presente no texto, mas é construída a partir dele com sequenciação lógica de ideias e de argumentos, ou seja, sem coerência o texto se torna impossível de ser entendido e não comunica. “Portanto, para haver coerência é preciso que haja a possibilidade de estabelecer no texto alguma forma de unidade ou relação entre seus elementos” (Koch, 2014, p. 22).

2.2.2 Coerência

Ainda sobre o fator de textualidade centrado no texto, temos a coerência, que, de acordo com Koch (2007), diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos. Para a autora:

A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita pelos interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional (Koch; Travaglia, 1990, p. 52).

Em outras palavras, a autora afirma que a coerência se dá a partir de conhecimentos prévios, globais, compartilhados pelos interlocutores num contexto de interação, troca de informações com um propósito único mediado por inúmeros fatores que contribuem de forma significativa para a realização desse propósito, o ato comunicativo.

Para Antunes (2002 p. 93), a coerência está diretamente relacionada ao fato de

construir um texto, capaz de funcionar sociocomunicativamente num contexto específico, uma operação de natureza também lexical e gramatical. Quer dizer, não se pode escolher aleatoriamente as palavras nem arrumá-las de qualquer jeito; nem tampouco optar por qualquer sequência de frases.

É necessário um conhecimento linguístico por parte do escritor e do leitor para não tornar os textos um emaranhado de palavras sem significação alguma, de difícil decodificação. Palavras ou frases soltas não podem ser consideradas textos. Para a produção ou leitura de um texto coerente são indispensáveis três tipos de conhecimento, a saber:

O conhecimento enciclopédico (memória semântica), que é a organização dos conhecimentos e situações do mundo real nas quais são estabelecidas relações lógicas; o conhecimento linguístico, que compreende o conhecimento tanto lexical, quanto gramatical que dão total suporte linguístico à estrutura superficial do texto, isto é, à linearidade sequencial e referencial da produção textual e por último, temos o conhecimento sociointeracional, que consiste na organização de interação e de ações verbais da linguagem, seguindo modelos globais (KOCH, 2014, p.32).

Em outras palavras, para a produção de um texto coerente e coeso, é fundamental não só dominar as regras que norteiam a língua, mas também ter uma vivência, conhecimento de mundo por parte do produtor, que buscará informações sobre o repertório do público-alvo. Caso isso não ocorra, o texto possivelmente será incoerente diante do tipo de situação e do receptor ao qual ele se destina.

2.2.3 Intencionalidade

De acordo com Koch (2007, p. 42)

A intencionalidade refere-se aos diversos modos como os sujeitos usam textos para perseguir e realizar suas intenções comunicativas, mobilizando, para tanto, os recursos adequados à concretização dos objetivos visados; em sentido restrito, refere-se à intenção do locutor de produzir uma manifestação linguística coesa e coerente, ainda que esta intenção nem sempre se realize integralmente.

Este critério nos passa uma ideia sobre o que o texto e o autor pretendem tratar durante todo o desenrolar do enunciado. Com base em Marcuschi (2008), a intencionalidade está ligada aos objetivos pretendidos pelo autor. Ela revela o esforço do produtor do texto em construir uma comunicação eficiente, capaz de proporcionar um discurso tanto coerente quanto coeso e, assim, satisfazer os objetivos de ambos os interlocutores.

Pode-se considerar a intenção do autor como um fator relevante para a textualização, pois nenhum texto é inocente, todos revelam uma intenção. Um texto é produzido com uma finalidade que deve ser compreendida pelo leitor. “com base na intencionalidade, costuma-se dizer que um

ato de fala, um enunciado, um texto é produzido com objetivo, uma finalidade que deve ser captado pelo leitor” (Marcuschi, 2008, p. 127). Dessa maneira, o texto deverá ser compatível com os objetivos de quem o elabora.

2.2.4 Aceitabilidade

A aceitabilidade está diretamente ligada à intencionalidade e diz respeito à atitude do receptor do texto. De acordo com Marcuschi (2008, p. 128), “a aceitabilidade, enquanto critério de textualidade parece ligar-se às noções pragmáticas e ter uma estreita interação com a intencionalidade [...]”. Como a aceitabilidade diz respeito à expectativa do receptor, daí a dificuldade em estabelecer os seus limites. Dessa forma, a aceitabilidade é inerente ao receptor, porque ela analisa o nível de coerência e coesão que o texto utiliza, sendo capaz de levar o receptor a aceitar o texto produzido e, conseqüentemente, ampliar os seus conhecimentos.

Para Koch (2007), a aceitabilidade refere-se à concordância do interlocutor em entrar num “jogo de atuação comunicativa” e agir de acordo com suas regras, fazendo o possível para levá-lo a um bom termo, visto que a comunicação humana é regida pelo princípio de cooperação. Assim, nas palavras da autora, aceitabilidade, em sentido restrito, diz respeito à atitude dos interlocutores ao recebimento da manifestação linguística do parceiro como um texto coeso e coerente, que tenha para eles algum sentido.

2.2.5 A situacionalidade

No que se refere à situacionalidade, Koch (2008) afirma que esse critério pode ser considerado em duas direções: da situação para o texto e vice-versa. Sendo assim, a autora discorre que, no primeiro sentido, a situacionalidade refere-se ao conjunto de fatores que tornam um texto relevante para uma situação comunicativa em curso ou passível de ser reconstruída. No segundo sentido, a autora discerne que é preciso lembrar que o texto tem reflexos importantes sobre a situação, visto que o mundo textual não é jamais idêntico ao mundo real.

Dessa forma, a situacionalidade é justamente a adequação da manifestação linguística a uma situação comunicativa do texto e ela está relacionada ao contexto, sempre se referindo ao

fato de relacionar o evento textual à situação comunicativa. A situação ajuda a direcionar o sentido do discurso, tanto em sua produção como também em seu entendimento. Essa situação comunicativa interfere diretamente na produção do texto. A função desse critério de textualidade é adequar o texto à situação em que há uma comunicação. O modo como os produtores de um texto situam um contexto no qual a produção se embasa, cria uma cadeia linear coerente. Segundo Marcuschi (2008, p. 128), “a situacionalidade não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção. A situacionalidade é um critério estratégico”. Assim, a situacionalidade é compreendida como um fator que contextualiza e direciona o comportamento do interlocutor nas escolhas dos mecanismos que serão utilizados no processo comunicativo, tendo como objetivo a compreensão e assimilação do comportamento defendido pelo autor na sua produção textual.

2.2.6 Intertextualidade

Esse fator permite uma ligação na qual os textos se comunicam com outros textos. A intertextualidade nos mostra a interdependência de um texto para com o outro, porque um texto só tem sentido em relação e comparado a outro. Não existem textos que não mantenham algum aspecto intertextual, pois nenhum texto encontra-se isolado. Esses textos têm uma relação com outros textos já ditos, dos quais absorve algumas características para atribuir outra feição. Para Koch (2014, p. 59):

Isso significa que todo texto é um objeto heterogêneo, que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e, desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam com os quais dialoga, que retoma, a que alude, ou, a que opõe.

No entendimento de Marcuschi (2008, p. 130), “pode-se dizer que a intertextualidade é uma propriedade constitutiva de qualquer texto e o conjunto das relações explícitas ou implícitas que um texto ou um grupo de textos determinados mantém com outros textos”. Assim, vemos uma ligação direta ou indireta de um texto para outro todo significativo, o que compreende a intertextualidade.

2.2.7 Informatividade

Todo texto é produzido com a intenção de ser lido e compreendido pelo receptor da comunicação. Desse modo, o rema a ser trabalhado deve tratar, essencialmente, de contextos acessíveis ao leitor. O critério da informatividade faz com que o texto se torne coerente no desenvolvimento dos tópicos referentes ao conteúdo. Temos, no entanto, que tomar bastante cuidado, pois o conhecimento sobre os temas a serem abordados precisam ser aprofundados. Também, devemos observar que o excesso de informações pode desmotivar o leitor por não poder armazená-las na totalidade. É importante que o texto trate de informações que tragam novidades, mas que sejam compreensíveis. “A rigor, a informatividade diz respeito ao grau de expectativa ou falta de expectativa, de conhecimento ou desconhecimento e mesmo incerteza do texto oferecido” (Marcuschi, 2008, p. 132). Portanto, a informação é, essencialmente, necessária nesse contexto, pois ela é responsável em mostrar o que o texto quer transmitir.

Desse modo, Koch (2003, p. 27), partindo desses pressupostos e de outros presentes na mesma obra, elabora seu próprio conceito de texto sendo que:

Poder-se-ia, assim, conceituar o texto como uma manifestação verbal constituída de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos co-anunciadores, durante a atividade verbal, de modo a permitir-lhes, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais (Koch, 1992). É esta também a posição de Schmidt (1978, p. 170), para quem o texto é "qualquer expressão de um conjunto linguístico numa atividade de comunicação no âmbito de um 'jogo de atuação comunicativa' -tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível".

Assim, nas palavras da autora, o texto se caracteriza como uma atividade verbal, na qual os participantes desse processo ativam, selecionam e utilizam estratégias linguísticas, as quais possibilitam a interação entre os envolvidos no processo ilocucionário, proporcionando a realização do ato comunicativo.

2.3 GÊNEROS TEXTUAIS: BREVE DISCUSSÃO

Bakhtin (2003), ao abordar a questão dos gêneros e do discurso, chama a atenção para a dificuldade em se conceituar os gêneros, uma vez que as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua, implicando na diversidade de usos e, por consequência, na diversidade de gêneros. Para ele,

A riqueza e diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo (Bakhtin, 2003, p. 262).

Entende-se que a grande diversidade dos gêneros textuais surge mediante a necessidade de comunicação entre os envolvidos no processo comunicativo. Cada realização do ato da fala, em variados contextos e situações, implica dos interlocutores a utilização do gênero adequado à finalidade comunicativa que se pretende alcançar, contribuindo para a construção e surgimento de uma grande diversidade de gêneros.

Essa diversidade de gêneros é determinada pelas várias formas típicas de dirigir-se a alguém e as diversas concepções do destinatário. E a escolha de um gênero é determinada pela esfera discursiva, as necessidades da temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou a intenção do locutor. Assim, os gêneros textuais são tipos relativamente estáveis de enunciados que cada esfera de utilização da língua elabora; e essa estabilidade relativa torna os gêneros passíveis de mudança ao longo do processo histórico-social. E eles são imprescindíveis à comunicação humana, como afirma Bakhtin (2000, p. 302): "[...] se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação seria quase impossível".

Marcuschi (2002, p. 20) bebe dessa mesma fonte de pensamento, uma vez que, para o teórico, “é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Portanto, a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. E para ele, "gêneros são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos" (p. 25).

Os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia a dia, porém não são instrumentos estanques e enrijecedores da ação criativa. Para Marcuschi (2002, p. 29), "quando dominamos um gênero textual, não dominamos uma forma linguística e sim uma forma de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais particulares". Essa visão privilegia não o aspecto formal e estrutural da língua, mas, sim, sua natureza funcional e interativa.

Marcuschi (2000, p. 118-122) propõe uma abordagem dos gêneros textuais por domínio discursivo e modalidades. O domínio discursivo seria "[...] uma esfera social ou institucional (religiosa, jurídica, jornalística, política, industrial, familiar, lazer etc.) na qual se dão práticas que organizam formas de comunicação e respectivas estratégias de compreensão". Esses domínios discursivos seriam responsáveis pela produção de modelos de ação comunicativa que se estabilizam e se transmitem de geração para geração com propósitos e efeitos definidos e claros. Eis os domínios discursivos citados por Marcuschi: científico, jornalístico, religioso, saúde, comercial, industrial, instrucional, jurídico, publicitário, lazer, interpessoal, militar e ficcional. Quase todos os domínios discursivos apresentam mais gêneros da modalidade escrita que da oral, com exceção do domínio discursivo religioso.

Quanto às modalidades, os gêneros podem ser expressos na modalidade oral e/ou escrita. Para Marcuschi (2001, p. 37), porém, "as diferenças entre fala e escrita se dão dentro do contínuo tipológico das práticas sociais da produção textual e não na relação dicotômica de dois polos opostos". Assim, a visão dele da relação fala e escrita não é dicotômica. Ele afirma:

O contínuo dos gêneros textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o contínuo das características que produzem as variações das estruturas textuais discursivas, relações lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num contínuo de variações, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de contínuos sobrepostos (2001, p. 42).

Sendo assim, na visão de Marcuschi, tanto a fala quanto a escrita apresentam um contínuo de variações, e a comparação deve tomar como critério básico de análise não uma visão dicotômica estrita, mas uma relação fundada no contínuo dos gêneros textuais. A perspectiva de Marcuschi sobre os gêneros baseia-se na situação de interação, nos participantes e no propósito comunicativo dos textos. Para ele, as situações de interação favorecem a constituição dos

gêneros. Assim, pode-se afirmar que a teoria dele é também sócio-interativa, coadunando-se com a perspectiva de Bakhtin.

2.4 TIPOS TEXTUAIS

Conforme Marcuschi (2000, p. 18), a categoria tipo textual é um constructo teórico que abrange, em geral, de cinco a dez categorias, designadas narração, argumentação, exposição, descrição, injunção e diálogo. Esse agrupamento é de natureza linguística. Fazendo a distinção entre tipo, gênero e evento linguístico, Marcuschi (2000, p. 21) afirma que "[...] um tipo textual é constructo ideal que se identifica no contexto de uma tipologia textual que pretende determinar estruturas linguísticas e formais que constituem esses tipos".

Esses tipos textuais são estratégias utilizadas para organizar os gêneros, muitas vezes independentemente das funções comunicativas destes. Assim, com frequência, um único texto contém mais do que um desses tipos. Por exemplo, uma carta pessoal pode conter trechos narrativos (um histórico do que a pessoa que escreve tem feito recentemente), trechos descritivos (como é o lugar onde está morando, por exemplo), trechos procedimentais (instruções para alguém enviar-lhe dinheiro), trechos exortativos (incentivando um irmão, digamos, a uma determinada conduta) e mesmo, trechos argumentativos (defendendo uma determinada perspectiva ou visão de alguma coisa).

A tipologia textual é considerada por Marcuschi como um aspecto fundamental dos estudos linguísticos, pois possibilita a análise dos gêneros sob o aspecto linguístico. Não há uma tipologia textual única, porém, restringir-se-á à tipologia em que podem ser analisados os aspectos linguísticos.

Os tipos textuais constituem os elementos fundamentais da infraestrutura geral dos textos. Esta é responsável pela organização sequencial ou linear do conteúdo temático - representações ou conhecimentos relativos a um dado tema, ou melhor dizendo, da macroestrutura.

Para Travaglia (2004, p. 40), os textos se subdividem em categorias, levando-se em consideração suas características:

O que designamos por categorias de texto é um conjunto de textos com características comuns, ou seja, uma classe de textos que têm uma dada caracterização, constituída por um conjunto de características comum em termos de conteúdo, estrutura composicional, objetivos e funções sociocomunicativas, características da superfície linguística,

condições de produção, etc., mas distintas das características de outras categorias de texto o que permite diferenciá-las.

Para o autor, a tipologia textual tem como fundamentos as características comuns entre os diversos textos que circulam em nossa sociedade, sendo levados em consideração aspectos estruturais, temáticos, objetivos e função comunicativa, sendo possível diferenciá-los ou classificá-los conforme tais estruturas. Ainda conforme Travaglia (2004), as categorias textuais podem se subdividir em três categorias que são: tipo, gênero e espécie; podendo os tipos se dividir em até 07 (sete) tipologias, enquanto os gêneros e espécies são quase impossíveis de explicitar. Conforme afirma abaixo:

[...] consideramos que as categorias de textos podem ser de uma entre três naturezas distintas, que chamamos de “tipelementos” (classes de categorias de texto de uma dada natureza), a saber: o tipo, o gênero e a espécie. O tipo pode ser identificado e caracterizado por instaurar um modo de interação, uma maneira de interlocução (Travaglia, 1991, p. 78).

Assim, cada categoria possui o que ele chama de conteúdo temático, que está relacionado ao que pode ser dito de uma dada categoria de texto. Ou seja, o que se pode achar de informação em um dado tipo textual. A seguir, algumas definições relacionadas às características ligadas aos conteúdos temáticos, conforme Travaglia (1991, p. 43):

Tipo narrativo: este tipo trata-se dos acontecimentos organizados em episódio (lugar e tempo) interligados, caminhando para um desfecho.

Tipo descritivo: traz a localização do objeto de descrição, características ou parte do objeto descrito.

Tipo dissertativo, as informações importantes são as entidades, as proposições sobre elas e as relações entre estas proposições.

Tipo injuntivo: o objetivo é dizer a ação requerida, é dizer o que e/ou como fazer, o conteúdo é sempre algo a ser feito.

Tipo humorístico: se construirá quase sempre sobre dois mundos textuais, fazendo um intercâmbio por serem compatíveis com os recursos linguísticos.

Tipo dialogal: acontece com a interação entre locutores,

Tipo dissertativo expositivo: texto no qual o autor expõe/apresenta ideias, fatos, fenômenos.

Texto argumentativo: objetiva sempre convencer ou persuadir o locutário a fazer algo, aderir ou participar de algo.

Textos preditivos: buscam antecipar a ocorrência de situações por alguma razão.

2.4.1 Argumentação

No discurso, a argumentação constrói-se por meio de relações que estão presentes na própria estrutura semântica da língua. Ao produzir um discurso, a língua é usada não só com o objetivo de transmitir mensagens, mas principalmente de provocar ações e interações. A interação social realizada por intermédio da língua caracteriza-se pela argumentatividade. O uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusões de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa (Koch, 2010, p. 29).

Saber argumentar é essencial nas mais variadas situações. Argumentar significa, por meio da linguagem, orientar sentidos e conclusões, defendendo um ponto de vista a respeito de dado assunto, baseado em argumentos. Segundo Koch (2011, p. 11), o termo argumentar é tido como o ato de persuadir, pois, por meio da argumentação, procura-se “atingir a vontade do outro”, imprimindo sua subjetividade, seus sentimentos, levando o interlocutor a aceitar determinada conduta ou pensamento.

Argumentar é expor um ponto de vista e, ao fazê-lo, tem-se sempre o objetivo de apresentar pontos de vista que se esperam ser admitidos. A autora então diferencia o ato de convencer do ato de persuadir, sendo que o ato de convencer traz provas objetivas, tem a intenção de provocar certezas por meio de evidências; já o ato de persuadir tem o objetivo de provocar inferências por meio de argumentos plausíveis ou verossímeis.

A diferença entre persuadir e convencer está na escolha dos argumentos utilizados para construir o discurso. Quando se recorre à razão, emprega-se o termo convencer; e quando se opta pela emoção, utiliza-se o termo persuadir. Independente da escolha entre persuadir ou convencer, na argumentação, o importante é apresentar uma tese e defendê-la, tendo como alicerces argumentos que levem à conclusão desejada. É preciso estruturar os argumentos de forma adequada para garantir a força argumentativa do texto. A argumentação constitui atividade estruturante de todo e qualquer discurso e sua progressão é obtida por meio das articulações argumentativas.

Segundo Koch (2011, p. 154), “a argumentação é uma atividade estruturante do discurso, pois é ela que marca as possibilidades de sua construção e lhe assegura a continuidade. É ela a responsável pelos encadeamentos discursivos, articulando entre si enunciados ou parágrafos, de modo a transformá-lo em texto”.

O ato de argumentar, ou seja, de orientar o discurso no sentido de determinada conclusão, requer do autor capacidade de reflexão de modo crítico a respeito do mundo que o cerca, utilizando a língua como um instrumento de interação social; bem como aptidão no uso da gramática de sua língua para construir um texto. Saber o que é um texto e, assim, aprender a estruturá-lo é essencial para apresentar, de forma coerente, as ideias e os argumentos na defesa de uma tese/opinião. A seguir, será abordada a argumentação na língua, a qual se constrói a partir das escolhas linguísticas.

2.4.2 O texto argumentativo

Durante muitos anos, o texto dissertativo-argumentativo foi trabalhado no Ensino Médio com a finalidade de levar o aluno à aprovação no vestibular. Porém, desde 2009, com a implementação do ENEM, houve mudanças na forma de ingresso ao Ensino Superior, substituindo gradualmente o vestibular. Segundo Araújo (2017, p. 61), a redação nesse novo contexto teve

ainda mais destaque, por ser o texto requerido pelo ENEM e, também, por ser a única forma de avaliação de escrita de um exame que averigua as habilidades de leitura através de questões objetivas. Assim, podemos dizer que o candidato tem, nessa atividade de produção, a oportunidade de demonstrar efetivamente suas habilidades enquanto usuário da língua (aquele que lê, reflete, posiciona-se sobre determinado assunto e escreve) e não apenas falante (aquele que desempenha habilidades de leitura instrumental).

Dessa maneira, observamos a mudança de nomenclatura, agora texto dissertativo-argumentativo, um gênero específico da prova do ENEM, mudando, desde então, o conceito de dissertação restrito ao ambiente escolar. A atividade de produção desse texto dissertativo não é só pré-requisito para o ingresso no ensino superior, mas também uma forma de exercício pleno de cidadania, uma vez que, nesse contexto, concebe-se a escrita como prática social, realmente para além do âmbito escolar. De forma a promover a interação com o meio social, o ENEM foca em problemas atuais de modo reflexivo, tanto nas questões de múltipla escolha como também em seu texto dissertativo-argumentativo, para que o aluno participante esteja conectado com o mundo em que vive.

No que se refere à organização desse texto a ser produzido pelo aluno, deve apresentar a seguinte estrutura: introdução, desenvolvimento e conclusão. De acordo com Serafini (1992, p. 52), “um texto é convincente quando leva o leitor, pouco a pouco, a aceitar sua tese”. Assim, no exame do Enem são oferecidos aos participantes textos motivadores com a finalidade de permitir-lhes a reflexão sobre o assunto abordado e orientá-los para sua escrita. Contudo, testemunhamos a dificuldade dos alunos que, muitas vezes, prendem-se aos textos-base, ou acabam copiando trechos na sua produção textual. Segundo o Guia do Participante (2022, p. 15), o texto dissertativo-argumentativo precisa se basear em argumentos, “[...] para influenciar a opinião do leitor, tentando convencê-lo de que a ideia defendida está correta. É preciso, portanto, expor e defender ideias. Daí a sua dupla natureza: é argumentativo porque defende uma tese, uma opinião, e é dissertativo porque se utiliza de explicação para justificá-la”. Com isso, vemos que, para o aluno conseguir desenvolver o texto conciso, com argumentos coerentes e de forma imparcial, deve, também, atentar para o aspecto gramatical, a estrutura do texto, e para os argumentos, pois uma defesa inconcisa pode prejudicar a qualidade do texto.

Sobre as características da argumentação, Alencar e Faria (2011, p. 145) discorrem que “o discente deve ser capaz de elaborar textos coerentes, cujas ideias estejam organizadas de forma a permitir a manutenção e a progressão tópica”. De acordo com os autores, são duas as propriedades do tópico discursivo: a centração e a organicidade. A primeira propriedade refere-se à convergência dos enunciados para um assunto relevante, de modo que as informações se relacionam de forma interdependente; a segunda propriedade tem relação com a organização dos tópicos no texto, de acordo com a sequência de ideias

Ainda sobre argumentação, devemos esclarecer que o texto dissertativo-argumentativo deve obedecer a um elemento importante: a progressão entre as ideias. E esse ponto está ligado à noção de parágrafo. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos são o “corpo”, que forma a estrutura do texto para a persuasão feita pelo autor, assim atingindo o possível leitor. Para tanto, Serafini (1992) determina três tipos de parágrafos: narrativo, descritivo e expositivo-argumentativo. Em se tratando do texto dissertativo-argumentativo, a autora esclarece que o “parágrafo expositivo-argumentativo apresenta uma tese com os dados e as observações que podem ser úteis para convencer o leitor de sua validade” (1992, p. 60). Logo, o que valida o discurso dissertativo-argumentativo é a relação de raciocínios lógicos entre si. Serafini (1992, p.

61), apoiada em Perelman (1996, 1979) acrescenta que, para a criação do texto persuasivo, são necessárias algumas condições:

1. Para persuadir um leitor é necessário despertar-lhe interesse e ganhar simpatia. Aqui há dois conselhos: o primeiro se refere a despertar o interesse do leitor através de uma exposição concreta. O que é concreto desperta e interessa mais do que qualquer discurso abstrato. Segundo conselho refere-se a ganhar simpatia e envolver o leitor, procurando fazer com que ele compartilhe dos pontos de vista do autor. [...] 2. Convém pôr em evidência logo de início os aspectos importantes da tese de um texto. Ou seja, convém ir logo ao centro da questão, evitando preâmbulos, premissas óbvias e já conhecidas do leitor. A importância de um argumento transparece pelo espaço que se reserva a ele vista dos demais argumentos. [...] 3. Poucos argumentos de boa qualidade causam mais efeito que muitos argumentos para sustentar uma afirmação, é preciso usar sempre os mais fortes e ter a coragem de abandonar os incertos (p.16).

Os fatores, acima elencados, caracterizam o gênero dissertativo-argumentativo. É a partir dele que percebemos sua estrutura: introdução, a apresentação da tese, desenvolvimento e conclusão do texto. Assim, a proposta de Serafini (1992), tendo como primeira orientação iniciar o texto e despertar o interesse do leitor através de fatos concretos e pontos de vista com os quais o possível leitor compartilhe; uma segunda regra tem relação com a importância dos argumentos exposto no texto, sendo fundamental o desenvolvimento das ideias principais; e a terceira, trata-se do enaltecimento da refutação de ideias propostas no texto a partir de argumentos válidos para que sustente sua informação.

3 AS CONJUNÇÕES NA LÍNGUA PORTUGUESA : ASPECTOS GERAIS

Neste capítulo, tratamos sobre abordagens gerais a respeito das conjunções, como sua origem, definição e classificação com base nos estudos de Câmara Jr. (1986), Castilho (2017). Ainda discorreremos sobre as conjunções explicativas na perspectiva da gramática normativa e funcionalista nas concepções de Lima (2003), Bechara (2003), Neves (2000) e Azeredo (2010).

3.1 ENSINO DE LÍNGUA E CLASSE DE PALAVRAS

De acordo com a perspectiva normativa, as palavras da nossa língua dividem-se em dez classes, a saber: substantivos, adjetivos, verbos, pronomes, advérbios, artigos, numerais, conjunções, preposições e interjeições. Essa classificação não considera hierarquias ao que respeita os critérios: mórfico, semântico e funcional. Rocha Lima (2012), por exemplo, em sua obra “Gramática Normativa da Língua Portuguesa”, utilizando-se apenas do critério semântico e funcional, classifica as palavras da seguinte forma:

Quadro 1 - Classes de palavras

CLASSE DE PALAVRAS	DEFINIÇÃO
Substantivo	“Substantivo é a palavra com que nomeamos os seres em geral, e as qualidades, ações, ou estado” (p. 110).
Artigo	“O artigo é uma partícula que precede o substantivo, assim à maneira de ‘marca’ dessa classe gramatical” (p. 139).
Adjetivo	“Adjetivo é a palavra que restringe a Significação ampla e geral do substantivo” (p. 141).
Numeral	“Numerais são palavras que designam os números, ou a ordem de sua sucessão: três, dezessete, terceiro, vigésimo” (p. 153).
Pronome	“Pronome é a palavra que denota o ente ou a ele se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso” (p. 156).
Verbo	“O verbo expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres” (p. 168).
Advérbio	“Advérbios são palavras modificadoras do verbo” (p. 226).
Preposição	“Preposição são palavras que subordinam um termo da frase a outro” (p. 231).
Conjunção	“Conjunções são palavras que relacionam entre si: a) dois elementos da mesma natureza/ b) Duas orações de natureza diversa” (p. 234).
Interjeição	“Interjeição é a palavra que exprime emoção” (p. 240).

Fonte: Rocha Lima (2012, p. 110-240).

Diferentemente das gramáticas normativas, Câmara Júnior (2011, p. 77) enfatiza que os vocábulos devem ser classificados a partir de três critérios formais:

Há, em princípio, três critérios para classificar os vocábulos formais de uma língua. Um é o de que eles de maneira geral significam, do ponto de vista do universo biossocial, que se incorpora na língua; é o critério semântico. Outro, de natureza formal ou mórfica, se baseia em propriedades de forma gramatical que podem apresentar. Um terceiro critério, que teve muita acolhida na gramática descritiva norte-americana, orientada pela linguística sincrônica de Bloomfield, é o funcional, ou seja, a função ou papel que cabe ao vocábulo na sentença.

Conforme afirma o autor, faz-se necessário que as palavras da nossa língua sejam classificadas mediante a análise de três princípios que as distribuem em classes distintas, são eles: mórfico, semântico e funcional. O primeiro princípio de análise limita-se apenas à estrutura de uma palavra, mostrando quais são as transformações formais que os vocábulos podem sofrer. O segundo critério de classificação diz respeito ao significado que um determinado vocábulo carrega e tal significado faz parte dos conhecimentos que temos sobre o mundo. O último critério, o funcional, vai além da forma dos vocábulos e explora a função que eles desempenham dentro de uma sentença. Dessa forma, os três critérios são necessários no processo de classificação, uma vez que, por meio deles, é possível obter informações completas sobre um vocábulo.

Além disso, essa classificação deve ser feita de maneira hierárquica. É quando o autor cria um critério compósito, advindo da junção dos critérios mórfico e semântico, denominado morfossemântico. A justificativa do autor para a criação desse critério está fundamentada na ideia de que os dois critérios (mórfico e semântico) estão estritamente relacionados, ou seja, um sentido de um vocábulo não pode ser definido independentemente, pois está atrelado ao conceito forma. O critério compósito, de acordo com o autor, deve ser o elemento principal para a classificação dos vocábulos.

Câmara Jr. (2011) fez a distribuição dos vocábulos formais da Língua Portuguesa em: nomes, verbos e pronomes. O autor estabelece ainda uma quarta classe de vocábulos, chamada de conectivos, que tem o papel de “[...] relacionar uns com os outros, ou entre si, os nomes, os verbos e os pronomes” (p. 79).

A classificação dos vocábulos da língua, de acordo com o linguista, dá-se, então, da seguinte forma:

Quadro 2 - Classes de palavras

NOMES	Substantivo (termo determinado)
	Adjetivo (termo determinante de um nome)

	Advérbio (termo determinante de um verbo)	
VERBO		
PRONOME	Substantivo (termo determinado)	
	Adjetivo (termo determinante de um nome)	
	Advérbio (termo determinante de um verbo)	
CONNECTIVOS	Coordenativos	
	Subordinativos	De vocábulos (preposições)
		De sentenças (conjunções)

Fonte: Câmara Jr. (2011, p. 79).

Pode-se perceber que a perspectiva Mattosiana se difere das gramáticas tradicionais no que se refere à divisão das classes de palavras, uma vez que redefine as dez classes de palavras em apenas quatro: nomes, verbos, pronomes e conectivos. O que para a perspectiva normativa recebe a denominação de classe, para Mattoso, são as funções que as quatro classes por ele definidas podem exercer.

Ao contrário da gramática normativa, que se preocupa com a prescrição de regras, Câmara Júnior. (2011) descreve a língua em uso, considerando todas as suas particularidades advindas da sua propriedade de variação. Isto porque a língua está sempre em movimento, podendo mudar de acordo com vários fatores e necessidades de um determinado grupo de falantes.

Nas próximas discussões, trataremos especificamente das conjunções explicativas, explorando seu aspecto funcional, formal e semântico.

3.2 ORIGEM DAS CONJUNÇÕES

De acordo com Castilho (2017), a classe de palavras denominada de conjunções tem sua origem em termos latinos ou palavras de outras classes, como por exemplo, substantivo, pronome, advérbio, que passaram por um processo intitulado de gramaticalização. Esse processo, segundo Castilho (2017), funciona quando determinada palavra de outra classe perde seu valor /função e migra para uma que passa a lhe proporcionar sentido e funcionalidade. São alguns exemplos desse processo de gramaticalização das conjunções a “transformação do advérbio latino *magis* ‘mais’ na conjunção adversativa *mas* [...]” (Castilho, 2017, p. 390), e também “a conjunção

integrante *que* deriva do latim vulgar *quid*, palavra que competia com *quod*, *quia*, *quomodo*” (p. 391).

Para Câmara Jr. (1986), tanto as conjunções coordenativas quanto as conjunções subordinativas têm origem nas conjunções do latim, nas palavras portuguesas modernas, ou ainda nas aglutinações românicas, que originaram as conjunções atuais. Como expõe Câmara Jr. (1986, p. 81):

Na língua portuguesa, a coordenação é indicada, fundamentalmente, pela copulativa *e*, quando não se faz assíndeto. Complementarmente as ideias gramaticais de – a) contraste, b) alternativa, c) conclusão, d) explicação-são indicadas, respectivamente, por conjunções ditas - a) adversativas (exs.: *mas*, *porém*), b) alternativas (exs.: *ou*), c) conclusivas (exs.: *ora*, *portanto*), d) explicativas (exs.: *pois*). Essas conjunções filiam-se em regra, remota ou recentemente, num advérbio ou locução adverbial, visto que as ideias que assim introduzem são a rigor modalidades que acompanham a coordenação. Provêm assim: 1) de conjunções coordenativas latinas (exs.: *e* < *et*, *ou* < *aut*); 2) de advérbios latinos ou nomes adverbializados (exs.: *pois* < *post*, *mas* < *magis*, *ora* < *hora*); 3) de aglutinações românicas antigas (exs.: *porém* < *por ende* < *por inde*) ou portuguesas, modernas (ex.: *portanto*); 4) de palavras portuguesas, feitas conjunções coordenativas por derivação imprópria, como os pares alternativos – *quer...quer...*, *já...já...*

De acordo com as considerações realizadas anteriormente por Câmara Jr. (1986) e Castilho (2017), onde evidencia-se o processo de renovação (gramaticalização) das conjunções, da evolução histórica do latim ou da mudança funcional de outra classe de palavras da língua portuguesa, que foi importante para esse conector textual exercer seu papel de interligar os enunciados e os parágrafos na tessitura dos textos escritos da língua.

3.3 A MULTIFUNCIONALIDADE DAS CONJUNÇÕES

De acordo, com Castilho (2016, p. 340), “com o surgimento da Linguística de Texto e da Análise Conversacional, muita luz foi lançada sobre a multifuncionalidade das conjunções”. No que se refere à Linguística de Texto, tal “multifuncionalidade” se justifica pelo fato de que se ampliou a gama de possibilidades de estudo das conjunções, mas não somente delas, justamente pelo texto proporcionar um contexto mais amplo de estudo quando relacionado às orações.

Koch (2017), quando trata da sequenciação textual na sua obra intitulada “Ler e compreender: os sentidos do texto”, aborda as conjunções dentro de um conjunto de conectivos

que denominou de “encadeamento por conexão”, onde, segundo a autora, as conjunções não desempenham esta função de conexão sozinhas, pois “contempla-se, aqui, não apenas as conjunções propriamente ditas (registradas em nossas gramáticas tradicionais), mas também locuções conjuntivas, prepositivas e adverbiais que têm por função interconectar enunciados” (Koch, 2017, p. 169).

Para Koch (1993), “a conjunção (ou conexão) permite estabelecer relações significativas específicas entre elementos ou orações do texto. Tais relações são assinaladas explicitamente por marcadores formais que correlacionam o que está para ser dito àquilo que já foi dito.”

Ainda sobre os conectivos, segundo Castilho (2017, p. 417), “ao identificar as unidades discursivas e os parágrafos de um texto, nota-se que eles podem vir ligados por conectivos que ultrapassam obviamente os limites da sentença”.

Na perspectiva dos estudos funcionalistas no Brasil, temos autores como Neves (2017, p.18) que diz o seguinte sobre o papel da língua no contexto do uso:

Venho defendendo que se finque a pesquisa linguística na valorização do uso linguístico e do usuário da língua, propiciando-se a implementação de um trabalho com a língua portuguesa – especialmente com a gramática – que vise diretamente aquele usuário submetido a uma relação particular com a sua própria língua, a relação de “aprendiz”, o que, de certo modo, o retira da situação de “falante competente”, pelo menos do ponto de vista sóciopolítico-cultural. Nessa linha, propõe-se como objeto de investigação escolar a língua em uso, sob a consideração de que é em interação que se usa a linguagem, que se produzem textos. Assim, o foco é a construção do sentido do texto, isto é, o cumprimento das funções da linguagem, especialmente entendido que elas se organizam regidas pela função textual.

De acordo com parte das considerações teóricas destacadas, o sistema de conjunções do português brasileiro consiste em categorias bem delimitadas e bem definidas em relação as suas funções sintáticas e semânticas. Porém, se quer evidenciar, no presente estudo, que nem sempre encontramos, no uso, as conjunções exercendo essas funções/classificações estabelecidas pelas gramáticas normativas. Para fins de comprovação, trazemos três trabalhos dos seguintes teóricos, a saber: Carvalho (2017), Castilho (2017) e Fiorin (2018).

Carvalho (2017) tem como principal objetivo, no seu trabalho intitulado *Conexão de oração: um estudo dos valores da conjunção “e”*, a autora procura entender as possíveis mudanças semânticas que podem ocorrer no uso das conjunções coordenadas aditivas e adversativas, destacando respectivamente suas principais representantes, as conjunções “e” e “mas”. Para isso, a autora utilizou-se de algumas gramáticas de estudiosos da língua portuguesa,

para tecer suas discussões referentes às possíveis mudanças semânticas das conjunções as quais se propôs analisar.

Os exemplos trazidos a seguir, são de uma dessas gramáticas (Gramática de usos do português – Maria Helena de Moura Neves), onde Carvalho (2017), ponderou que nela: “foram apresentados dados os quais demonstram como a conjunção aditiva ‘e’ pode adquirir um valor adversativo e o ‘mas’ valor aditivo” Verificaremos o primeiro exemplo, onde o conectivo aditivo “e” ganha carga semântica adversativa: “Ex. (15): depenava frangos e não ganhava nada” (Neves *apud* Carvalho, 2017, p. 5). A autora comenta que neste exemplo temos: “[...] o elemento coordenador se iguala com o elemento coordenado. Ou seja, o esperado é depenar o frango e ganhar algo na vida” (Carvalho, 2017, p. 5), mas na oração acima a conjunção aditiva ‘e’ apresenta duas finalidades diferentes e não uma complementação da finalidade anterior para com a posterior.

No segundo exemplo, temos a conjunção adversativa “mas” perfazendo o valor semântico de adição: “Ex. (16): Casou-se. Mas não foi com a Luizinha”, Carvalho (2017) diz que, neste exemplo, temos: “[...] o coordenado ‘não foi com Luizinha’ é uma informação a mais sobre a pessoa a qual não se casou, isso possibilita restringir o rol de possibilidades” (p.5).

Já Castilho (2017) demonstra o fato do ‘mas’ classificado como adversativo, em situações de conversação, não corresponder a essa classificação, e sim de adição. No exemplo abaixo, temos o “mas” adversativo exercendo funcionalmente a classificação de adição entre a expressão anterior para com a expressão seguinte.

L1 – não não não é questão disso não
mas
 realmente a cadeia de supermercados aqui é de de de de Recife
 provavelmente é superior a qualquer uma do país...isso vocês podem julgar
 lá vendo...
mas
 não não não é propaganda não é coisa nenhuma
agora
 o que eu acho é o seguinte... é que nós temos [...] (CASTILHO, 2017, p. 418).

Nem sempre, segundo Fiorin (2018), as conjunções conclusivas “assim” e “portanto” apresentam um argumento que expressa conclusão. Conforme os exemplos a seguir, o autor consolida sua afirmação: “Em *Eu estava cansado. Assim, parei de trabalhar*, o marcador assim indica causa e não conclusão. Já sobre a outra conjunção conclusiva, menciona: “Em *O rapaz é*

inteligente”. Portanto, será aprovado no concurso, o portanto não conduz a uma conclusão logicamente necessária. Ela apresenta antes uma expectativa plausível, significando ‘por causa disso’ (Fiorin, 2018, p. 86).

Conforme vimos anteriormente, de acordo com as discussões de Carvalho (2017), Castilho (2017) e Fiorin (2018), nem sempre podemos encontrar nos enunciados apresentados as conjunções exercendo as funções/classificações sistematizadas nas gramáticas normativas. Dos três teóricos, apenas Castilho (2017) e Fiorin (2018) pautam justificativas para explicar tais acontecimentos. O primeiro menciona o fato da conjunção “mas” ter se originado do advérbio latino *magis* que mudou para o “mais” por processo de gramaticalização, conservando, portanto, dependendo do contexto oracional, a função somativa (Castilho, 2017). O segundo alegou, para justificar sua colocação, o fato das línguas naturais serem ricas em polissemia (Fiorin, 2018), ou seja, uma palavra de uma língua como a portuguesa, por exemplo, pode apresentar, de acordo com o contexto de seu uso, outro(s) sentido(s) em relação ao seu valor semântico habitual.

3.4 CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS NA GRAMÁTICA NORMATIVA E FUNCIONALISTA

O nosso objeto de investigação é tratado nas gramáticas normativas, tanto na seção destinada à morfologia como naquela destinada à sintaxe. Ao iniciarmos este estudo, consideramos melhor intitularmos a seção a partir da relação expressa pelas conjunções explicativas, pois, nas gramáticas, tais relações são abordadas tanto na morfologia, na seção destinada às conjunções, quanto na sintaxe, ao tratar das orações coordenadas.

Segundo Lima (2003, p. 234), conjunções são palavras que relacionam entre si:

- a. dois elementos da mesma natureza (substantivo + substantivo, adjetivo + adjetivo, advérbio + advérbio, oração + oração, etc.) ou
- b. duas orações de natureza diversa, das quais a que começa pela conjunção completa a outra ou lhe junta uma determinação.

Para esse autor, as conjunções explicativas “relacionam pensamentos em sequência justificativa, de tal forma que a segunda frase explica a *razão de ser* da primeira” (1957 [2003], p. 186).

Diferente do pensamento de Rocha Lima, ao apresentar os tipos de conjunções coordenativas, Bechara (1968 [2003]) não considera as conjunções explicativas como conjunções coordenativas, e sim como unidades adverbiais. Nas palavras do autor:

levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações inter-oracionais ou intertextuais. É o caso de *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. Assim, além das conjunções coordenativas já assinaladas, teríamos as explicativas (*pois, porquanto*, etc.) e conclusivas (*pois [posposto], logo, portanto, então, assim, por conseguinte*, etc.), sem contar *contudo, entretanto, todavia*, que se alinham junto com as adversativas. Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias [ED.1] e entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática* [MMa.1]. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas (Bechara, 1968 [2003], p. 322).

Vê-se, pois, já registrada na tradição gramatical uma lucidez acerca da intersecção entre as orações explicativas e as adverbiais causais. Na explicação de Bechara (2003), nota-se um valor funcional de advérbio que aproxima as orações explicativas e as adverbiais, o que permite, então, que o falante recorra a uma explicação para tratar de uma causa. Neves (2000), ao apresentar a classe das conjunções coordenativas, considera apenas as aditivas, as adversativas e as alternativas. Essa autora não faz nenhuma alusão às conjunções coordenativas explicativas, o que nos leva a inferir que ela não as considera como pertencentes à classe das conjunções. Conforme descreve a autora, tais vocábulos “são advérbios juntivos, de valor anafórico, que ocorrem numa oração ou num sintagma, referindo-se a alguma porção da oração ou do sintagma anterior. Esses advérbios juntivos podem indicar contraste ou conclusão” (p. 241). Percebe-se, então, que essa teórica atribui às tradicionais conjunções explicativas e conclusivas um valor adverbial, fato que difere substancialmente da descrição tradicional normativa, mas se alinha à visão de Epifânio Dias e de Maximino Maciel, citados por Bechara (1968 [2003]), que também partilha desse entendimento.

Segundo Azeredo (2010), “chama-se conjunção coordenativa a espécie de palavra gramatical que une duas ou mais unidades (palavras, sintagmas ou orações) da mesma classe formal e mesmo valor sintático. As conjunções coordenativas típicas são e (aditiva), ou (alternativa) e mas (adversativa)” (Azeredo, 2010, p. 198). Ao tratar de tais conjunções típicas, esse autor estabelece um paralelo entre os adjuntos conjuntivos (recurso de coesão textual) de

conclusão e de explicação, conforme ilustram estes exemplos extraído de sua obra: “As águas baixaram um pouco; **logo** (ou **portanto**), já podemos atravessar” (Azeredo, 2010, p. 308).

A partir desse raciocínio, que se assemelha à visão de Neves (2000), ele assim sistematiza as relações de conclusão e de explicação no âmbito das orações:

portanto (ou *logo*) introduz a conclusão que se tira de um fato ou ideia; *pois/porque* introduz o próprio fato. Pode-se também dizer que *pois/porque* inicia um argumento para uma tese/opinião ou uma atitude expressa na oração anterior:
 1 Tínhamos obrigação de ganhar o jogo (opinião/tese), **pois** nossa equipe estava mais preparada. (argumento)
 2 Levem agasalhos (atitude), **porque** no alto da serra a temperatura é muito baixa. (argumento) (Azeredo, 2010, p. 308).

Notamos que, apesar de Azeredo (2010) apresentar um posicionamento semelhante ao de Lima (1957 [2003]) e ao de Bechara (1968 [2003]) no tocante às especificidades das explicativas e das conclusivas em relação às demais coordenadas, esse linguista avança em relação aos gramáticos, ao reconhecer o valor argumentativo de tais adjuntos conjuntivos. Para finalizarmos sobre o estudo das conjunções explicativas, sintetizamos, no quadro abaixo, o entendimento dos teóricos mencionados sobre as conjunções explicativas na visão tradicional, na perspectiva gramatical, e linguística.

Quadro 3 - Síntese da visão tradicional vs contemporânea sobre as conjunções explicativas

Gramáticos	Principais conjunções explicativas	Exemplificação fornecida tanto na parte da morfologia quanto da sintaxe	Valores
Carlos Henrique da Rocha Lima (1957 [2003])	que, pois, porque, porquanto	“Espere um pouco, <i>porque</i> ele não demora” (Lima, 1957 [2003], p.186). morfologia O exemplo da conjunção explicativa na sintaxe não foi apresentado.	<i>Porque</i> (explicação)
Evanildo Bechara (1968 [2003])	pois (no início da oração), que (porque), porque, porquanto	“Venha, porque desejo conversar com você” (Bechara, 1968[2003], p. 196). morfologia “Vá andando, <i>que</i> irei depois” (Bechara, 1968, p. 270). sintaxe	<i>Porque</i> (causal) <i>que</i> (causal)

Linguistas	Conjunções explicativas	Exemplificação	
Maria Helena de Moura Neves (2000)	Não apresenta	Não apresenta	
José Carlos de Azeredo (2010)	pois, porque	“Levem agasalhos, porque no alto da serra a temperatura é muito baixa” (Azeredo, 2010, p. 308).	<i>Porque</i> (explicação)

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

4 METODOLOGIA

A Pesquisa Científica tem por objetivo conhecer um ou mais aspectos de um determinado assunto, de forma sistemática, metódica e crítica, visando assim contribuir com o avanço do conhecimento humano (Prodanov; Freitas, 2013). Para tal, é necessário que haja um planejamento a respeito dos procedimentos técnicos essenciais para a elaboração da pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o uso das conjunções explicativas em redações do Enem, textos dissertativo-argumentativos, a fim de compreender o aspecto semântico-discursivo de tais conjunções, bem como reconhecer o seu papel na constituição dos argumentos utilizados para a defesa da tese. Esta proposta de pesquisa se caracteriza por ser Análise do discurso, pois está direcionada para a leitura e análise de texto, este, compreendido como objeto de significação. Quanto ao universo da pesquisa, é composto pelo gênero dissertativo-argumentativo, mais especificamente a redação.

Quanto aos aspectos metodológicos, essa pesquisa se caracteriza como bibliográfica documental e de abordagem qualitativa (Prodanov; Freitas, 2013). O *corpus* analisado consta de 10 (dez) redações das últimas 9 (nove) edições do ENEM de um total de 89, escolhidas conforme a recorrência das conjunções explicativas, foram selecionadas duas redações por anos de edição, de candidatos que obtiveram nota máxima. As redações fazem parte de um banco de dados disponíveis pelo INEP e disponibilizado para outras mídias, sendo que as que serão analisadas estão disponíveis no site do G1 - educação.

A análise dos dados foi organizada em três momentos. Primeiramente, foi realizada uma leitura das redações com o propósito de identificar a ocorrência das conjunções explicativas; no segundo momento, foi feita uma leitura mais criteriosa a fim de observar as adequações de uso das conjunções para a defesa da tese; e por último, foi direcionada uma leitura com o objetivo de analisar os efeitos de sentido/ orientações conclusivas, tendo em vista o emprego das conjunções explicativas no desenvolvimento e progressão do texto dissertativo-argumentativo.

5 ANÁLISE DAS CONJUNÇÕES EXPLICATIVAS PRESENTES NA ESTRUTURA DOS TEXTOS DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVOS

Nesta seção, temos os resultados levando em consideração a fundamentação teórica apresentada. O *corpus* deste trabalho constitui-se de 10 redações analisadas quanto ao uso semântico-discursivo das conjunções explicativas no desenvolvimento dos argumentos e encadeamento de ideias presentes no texto dissertativo-argumentativo.

Na análise em destaque, por se tratarem de redações que obtiveram nota máxima na avaliação, pressupõe-se que o uso das conjunções explicativas foram adequadas em todos os momentos de ocorrências, mostrando, assim, o domínio e o conhecimento dos autores quanto às diversas possibilidades de escolhas desses mecanismos na construção e desenvolvimento do texto. Dessa forma, a análise acontecerá em duas etapas. No primeiro momento, destacaremos as conjunções explicativas identificadas nos textos, bem como o parágrafo e o enunciado a que se referem. Em seguida, teceremos comentários sobre quais termos foram retomados e o papel das conjunções nesse processo de desenvolvimento e utilização dos argumentos na defesa da tese.

Nas redações analisadas, foram identificadas as conjunções explicativas

- **porque,**
- **já que,**
- **pois,**
- **visto que.**

A conjunção **porque** aparece em três casos: na redação 3, aparece três vezes; e na redação 4, há uma ocorrência.

Redação 3

Parágrafo segundo

(1) Tal situação ocorre, **porque**, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visão ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país.

Parágrafo terceiro

(2) Isso acontece, **porque**, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada.

Redação 4

Parágrafo terceiro

(3) Além disso, é válido ressaltar que a lacuna no sistema de educação potencializa essa conjuntura. Isso acontece **porque**, desde o século XX, com a implementação de um formato tradicionalista de ensino pelo ex-presidente Vargas, cristalizou-se um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, a exemplo de concepções básicas da cidadania.

Nos três casos, a conjunção **porque** foi usada adequadamente, acrescentando uma justificativa ao enunciado anterior, e contribuindo para a argumentatividade dos enunciados. No exemplo (1), o autor explica o porquê da importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania, por estar relacionada à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento.

No exemplo (2), o item linguístico **porque** justifica o argumento defendido pelo autor de que o principal entrave o qual impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira. Esta tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra.

No exemplo (3), o uso da conjunção **porque** justifica a afirmação feita no enunciado anterior – a de que a lacuna no sistema de educação potencializa essa conjuntura.

As conjunções **já que** e **visto que** foram as mais utilizadas pelos alunos na produção do texto dissertativo. Assim, a primeira ocorrência da conjunção **já que** é registrada no texto 2, aparecendo mais vezes, respectivamente no texto 3, 7, 8, 9.

Redação 2

Parágrafo segundo

(4) Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de

direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, **já que** as culturas das comunidades nativas representam/ o patrimônio de todos os brasileiros.

Redação 3

Parágrafo terceiro

(5) Assim, a partir dessa educação falha, forme-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, **já que**, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condições de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.

Redação 7

Parágrafo primeiro

(6) A construção dos feudos, muros que delimitavam uma determinada área no período da Idade Média, segregou milhares de pessoas e impossibilitou o acesso a bens que somente a nobreza podia usufruir. Semelhante a essa época, no contexto brasileiro contemporâneo, o cinema é um dos inúmeros meios de democratizar a cultura, mas ainda é "feudalizado", **já que** grande parte da população continua alheia a esse serviço.

Redação 8

Parágrafo segundo

(7) É relevante abordar, primeiramente, que as cidades brasileiras foram construídas sob um viés elitista e segregacionista, de modo que os centros culturais estão, em sua maioria, restritos ao espaço ocupado pelos detentores do poder econômico. Essa dinâmica não foi diferente com a chegada do cinema, **já que** apenas 17% da população do país frequenta os centros culturais em questão.

Redação 9

Parágrafo terceiro

(8) Nesse âmbito, a tecnologia, aliada aos interesses do capital, também propõe aos usuários da rede produtos que eles acreditam ser personalizados. Partindo desse pressuposto, esse cenário corrobora o termo "ilusão da contemporaneidade" defendido pelo filósofo Sartre, **já que** os cidadãos acreditam estar escolhendo uma mercadoria diferenciada, mas, na verdade, trata-se de uma manipulação que visa ampliar o consumo.

A conjunção explicativa **já que** foi usada em muitas redações. Na sua primeira ocorrência, no exemplo (4), faz referência ao enunciado anterior, no qual o autor argumenta que as ações do Estado em ser passivo e negligente são responsáveis tanto por estabelecer um equivocada cenário de quebra de direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação.

No exemplo (5), a conjunção retoma o enunciado anterior, no qual o autor do texto afirma que, a partir dessa educação falha, forma-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, explicando a razão dessa afirmação.

No exemplo (6), a conjunção **já que** explica o argumento do autor na afirmação de que o cinema é um dos inúmeros meios de democratizar a cultura, mas ainda é "feudalizado".

No exemplo (7), é retomado o argumento de que as cidades brasileiras foram construídas sob um viés elitista e segregacionista, de modo que os centros culturais estão, em sua maioria, restritos ao espaço ocupado pelos detentores do poder econômico.

No exemplo (8), a retomada do enunciado anterior é feita a partir da afirmação de que a tecnologia, aliada aos interesses do capital, também propõe aos usuários da rede produtos que eles acreditam ser personalizados. Partindo desse pressuposto, esse cenário corrobora com o termo "ilusão da contemporaneidade" defendido pelo filósofo Sartre.

Já a conjunção **visto que** aparece respectivamente nos textos 3, 4, 5 e 10, conforme os exemplos mostrados a seguir:

Redação 3

Parágrafo segundo

(9) Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a

população, **visto que**, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visão ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país.

Redação 4

Parágrafo terceiro

(10) Dessa forma, é imprescindível combater a falha do processo educacional, **visto que** marginaliza uma classe da sociedade.

Redação 5

Parágrafo segundo

(11) Essa falta de subsídio informacional é grave, **visto que** impede que uma grande parcela da população brasileira conheça a seriedade das patologias psicológicas, sendo capaz de comprometer a realização de tratamentos adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação.

Redação 10

Parágrafo terceiro

(12) Ademais, é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet, **visto que** as instituições formadoras de conceitos morais e éticos não têm preconizado, como deveriam, o ensino de uma polarização digital”, como faz o projeto Digipo (“Digital Polarization Initiative”), o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas comparáveis e, assim, diminui, o compartilhamento de notícias falsas, que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais.

No que diz respeito ao uso da conjunção explicativa **visto que**, utilizada por muitos dos autores dos textos, a primeira ocorrência é encontrada na redação 3, na qual a conjunção é utilizada para explicar o enunciado anterior, o argumento que afirma que tal situação (sentimento de pertencimento) ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população.

No exemplo seguinte, (10), a conjunção **visto que** explica a afirmação do enunciado anterior, de que é imprescindível combater a falha do processo educacional.

No exemplo (11), retoma a afirmação de que essa falta de subsídio é grave. A conjunção explica a razão dessa gravidade, além de retomar um termo anterior.

No exemplo (12), é retomada a afirmação de que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet. A conjunção explica o motivo dessa afirmação, da utilização desse argumento, dando sequência ao desenvolvimento da tese defendida pelo autor.

A conjunção **pois** pode exercer duas funções, sendo que o seu valor irá depender da intenção e do desejo do autor. Segundo Koch (2010), esta conjunção pode introduzir uma conclusão relativa a argumentos apresentados em enunciados anteriores, ou poder servir para uma justificativa ou explicação relativa ao enunciado anterior. Nas redações analisadas, a conjunção **pois** foi utilizada em três situações, sendo elas respectivamente;

Redação 5

Parágrafo segundo

(13) Essa falta de subsídio informacional é grave, visto que impede que uma grande parcela da população brasileira conheça a seriedade das patologias psicológicas, sendo capaz de comprometer a realização de tratamentos adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação. Somada a isso, a veiculação virtual de uma vida idealizada também contribui para a construção dessa caótica conjuntura, **pois** é responsável pela crença equivocada de que a existência humana pode ser feita, isto é, livre de obstáculos e transtornos.

Redação 6

Parágrafo segundo

(14) No entanto, apesar da Constituição Federal de 1988 determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro e acesso à saúde de qualidade, essa lei não é concretizada, **pois** não há investimentos estatais suficientes nessa área

Redação 9

Parágrafo primeiro

(15) No que concerne ao uso da internet, a rede potencializou o fenômeno da massificação do consumo, **pois** permitiu, por meio da construção de um banco de dados, oferecer produtos de acordo com os interesses dos usuários.

No exemplo (13), a conjunção **pois** foi utilizada para explicar o enunciado anterior, em que se afirma que a *internet* potencializou o fenômeno da massificação do consumo.

Já no exemplo (14), a mesma conjunção explica uma afirmação presente no enunciado anterior, no qual o argumento utilizado pelo autor ratifica que, mesmo presente na Constituição Federal de 1988, como direito fundamental do cidadão brasileiro, o acesso à saúde de qualidade não existe, de fato.

No exemplo (15), a conjunção **pois** explica o termo anterior, através do qual o autor afirma que a veiculação virtual de uma vida idealizada contribui para a conjuntura caótica.

Pode-se perceber que essas ocorrências das conjunções explicativas se dão, justamente, nos parágrafos em que o autor do texto precisa defender sua tese, sobretudo no desenvolvimento do texto. Isso, de certa forma, atesta o valor argumentativo das conjunções, mencionado por Azeredo (2010)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de todo o ensino básico, o ensino das conjunções sempre foi ancorado na gramática normativa. Saber identificar e classificar as conjunções, em frases descontextualizadas, representava o ponto máximo que se pretendia alcançar. Nesse contexto, o papel das conjunções dentro do texto não era levado em consideração, o que prejudicava, de forma significativa, o entendimento sobre a importância dessa classe de palavras.

O uso adequado das conjunções representa um fator importantíssimo para o encadeamento dos argumentos na construção do texto dissertativo-argumentativo, pois deixa impresso orientações conclusivas que imprimem a subjetividade do autor do texto. Dessa forma, a argumentatividade é constituída tendo em vista o uso das conjunções explicativas, pois se evidencia o seu papel no encadeamento da tessitura textual, retomando enunciados anteriores e direcionando o percurso da construção textual.

Nas redações analisadas, foi possível identificar as conjunções explicativas mais recorrentes, além dos enunciados aos quais esses termos faziam a retomada de forma a explicar a afirmação antecedente. Nesse contexto, percebem-se as escolhas feitas pelos autores das redações quanto às conjunções que deveriam usar naquele momento para o enriquecimento e, conseqüentemente, para a boa qualidade dos seus argumentos no desenvolvimento da sua tese.

Argumentar a favor de uma ideia não é uma tarefa simples, fácil, pois requer do autor um conhecimento amplo e variado de diversos aspectos, a exemplo dos itens lexicais e respectivos sentidos. Nos textos analisados, o uso das conjunções explicativas se mostrou adequado em todas as suas ocorrências, revelando o domínio dos alunos quanto ao conhecimento linguístico. Essa boa relação, além de exemplificar a coesão presente no texto, possibilitou, também, compreender a importância de tal classe de palavras no processo de argumentar.

A argumentatividade presente nos textos, mediante o uso das conjunções, mostrou-se de muita relevância, pois a retomada das afirmações anteriores, ocasionada por tais elementos, evidenciou força argumentativa, contribuindo para a aceitabilidade que o autor espera de sua tese, revelada em uma sequência lógica, na estruturação do texto dissertativo-argumentativo.

Portanto, a análise semântico-discursiva no texto dissertativo-argumentativo possibilitou compreender melhor o papel dessa classe de palavras, na construção e desenvolvimento dos argumentos utilizados na defesa de uma tese. Assim, a argumentatividade evidenciada por tais

conjunções, dentro do texto, representa uma perspectiva de ensino que deve, cada vez mais, ser utilizada como metodologia pelos profissionais, em especial, os de Língua portuguesa.

Com relação aos objetivos que foram propostos para este estudo, é possível afirmar que a pesquisa se encerra cumprindo seu objetivo geral, uma vez que descreveu o sistema de conjunções explicativas e contribuiu para os estudos descritivos de base semântico-discursiva, bem como para a ampliação das pesquisas desenvolvidas no âmbito da linha de pesquisa em que esta se insere: argumentação na língua.

Ademais, este estudo cumpriu também os objetivos específicos, uma vez que as conjunções explicativas foram definidas, as estruturas argumentativas que realizam as opções nesse processo foram identificadas e o seu papel na construção e organização do texto examinado.

Este estudo pode contribuir de maneira significativa para o ensino de gramática, mais especificamente para o ensino das conjunções. Afinal, a exigência de conferir prioridade ao estudo do texto em todos os níveis de ensino e de contemplar a língua em uso, em contraposição ao ensino de gramática isolado das condições reais de emprego da língua, pode ser atendida pelo conhecimento que se propôs ser desenvolvido aqui.

Espera-se, ainda, que esse estudo possa contribuir para despertar nos profissionais de letras, a atenção para o ensino a partir da perspectiva do texto como possibilidade de tornar produtivas as aulas de língua materna, ou de outras disciplinas.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- ALENCAR, Elizabeth de; FARIA, Graça. **Tópicos discursivos e argumentação nos textos escolares**. In: ELIAS, Maria Vanda. Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura/ organizadora Vanda Maria Elias, 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011. p. 145-157.
- ARAÚJO, Denise Lino de. **Língua e literatura no ensino médio: proposta didática**. In: Denise de Lino Araújo, Elisa Cristina Amorim Ferreira, Aluska Silva Carvalho. Campina Grande – PB: EDUFPG, 2017. p. 63-66.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. 5. ed. rev. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. (1ª edição de 1929). Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BEAUGRANDE, R. A.; DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. London: Longman, 1983.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, (1968 [2003]).
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa** – 13ª ed. Petrópolis, vozes, 1986.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 44. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CARVALHO, Natali Sousa de. **Conexão de oração: um estudo dos valores da conjunção “e”**. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 2017.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira. de. **Pequena gramática do português brasileiro** / Ataliba T. de Castilho, Vanda Maria Elias, 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- CAVALCANTE, Maria do Socorro de Oliveira, et al. **Análise do Discurso: Fundamentos e Prática**. 1. ed. Maceió: Edufal, 2009.
- COSTA, Daniela dos S. **Fatores de textualidade na produção textual**. Revista Diadorim, v. 6, p. 117 - 130, 2009.

- FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- KOCH, Ingedore Villaça. **A Inter-Ação pela Linguagem**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. In: Ingedore Villaça Koch e Vanda Maria Elias. 3. ed., 12. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.
- LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 50. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2012.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010, p. 19-38.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. 3. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística textual: o que é e como se faz**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
- REDAÇÃO no Enem: G1 reúne 89 exemplos de textos nota mil no Exame Nacional do Ensino Médio. G1.globo.com/educacao/enem/2023/noticia/2023/10/06/.Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2023/noticia/2023/10/06/redacao-no-enem-g1-reune-89-exemplos-de-textos-nota-mil-no-exame-nacional-do-ensino-medio.ghtml>. Acesso em: 25 de agosto 2023.
- ROCHA, Max Silva da. **Texto na escola: um olhar sob o viés da linguística textual**. In: Encontro das ciências da linguagem aplicadas ao ensino (ECLAE), 6., 2015, Garanhuns. Anais eletrônicos do VI ECLAE. Garanhuns, PE: Pipa comunicação, 2017, p. 3451-3461.
- SERAFINI, Maria Tereza. **Como escrever textos**. Ed. São Paulo: Globo, 1992.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Tipos, gêneros e subtipos textuais e o ensino de língua materna**. In: BASTOS, N. M. O. B. (Org.). Língua Portuguesa: uma visão em mosaico. São Paulo: EDUC, 2002c.p.201-214.

ANEXO – REDAÇÕES

REDAÇÃO 01

Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil – 2022

O poeta modernista Oswald de Andrade relata, em "Erro de Português", que, sob um dia de chuva, o índio foi vestido pelo português - uma denúncia à aculturação sofrida pelos povos indígenas com a chegada dos europeus ao território brasileiro. Paralelamente, no Brasil atual, há a manutenção de práticas prejudiciais não só aos silvícolas, mas também aos demais povos e comunidades tradicionais, como os pescadores. Com efeito, atuam como desafios para a valorização desses grupos a educação deficiente acerca do tema e a ausência do desenvolvimento sustentável.

Diante desse cenário, existe a falta da promoção de um ensino eficiente sobre as populações tradicionais. Sob esse viés, as escolas, ao abordarem tais povos por meio de um ponto de vista histórico eurocêntrico, enraízam no imaginário estudantil a imagem de aborígenes cujas vivências são marcadas pela defasagem tecnológica. A exemplo disso, há o senso comum de que os indígenas são selvagens, alheios aos benefícios do mundo moderno, o que, conseqüentemente, gera um preconceito, manifestado em indagações como “o índio tem ‘smartphone’ e está lutando pela demarcação de terras?” – ideia essa que deslegitima a luta dos silvícolas. Entretanto, de acordo com a Teoria do Indigenato, defendida pelo ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal, o direito dos povos tradicionais à terra é inato, sendo anterior, até, à criação do Estado brasileiro. Dessa forma, por não ensinarem tal visão, os colégios fomentam a desvalorização das comunidades tradicionais, mediante o desenvolvimento de um pensamento discriminatório nos alunos.

Além disso, outro desafio para o reconhecimento desses indivíduos é a carência do progresso sustentável. Nesse contexto, as entidades mercadológicas que atuam nas áreas ocupadas pelas populações tradicionais não necessariamente se preocupam com a sua preservação, comportamento no qual se valoriza o lucro em detrimento da harmonia entre a natureza e as comunidades em questão. À luz disso, há o exemplo do que ocorre aos pescadores, cujos rios são contaminados devido ao garimpo ilegal, extremamente comum na Região Amazônica. Por conseguinte, o povo que sobrevive a partir dessa atividade é prejudicado pelo que a Biologia chama de magnificação trófica, quando metais pesados acumulam-se nos animais de uma cadeia alimentar – provocando a morte de peixes e a infecção de humanos por mercúrio.

Assim, as indústrias que usam os recursos naturais de forma irresponsável não promovem o desenvolvimento sustentável e agem de maneira nociva às sociedades tradicionais.

Portanto, é essencial que o governo mitigue os desafios supracitados. Para isso, o Ministério da Educação – órgão responsável pelo estabelecimento da grade curricular das escolas – deve educar os alunos a respeito dos empecilhos à preservação dos indígenas, por meio da inserção da matéria “Estudos Indigenistas” no ensino básico, a fim de explicar o contexto dos silvícolas e desconstruir o preconceito. Ademais, o Ministério do Desenvolvimento – pasta instituidora da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – precisa fiscalizar as atividades econômicas danosas às sociedades vulneráveis, visando à valorização de tais pessoas, mediante canais de denúncias”.

REDAÇÃO 02

Desafios para a valorização de comunidades e povos tradicionais no Brasil – 2022

Na primeira fase do Romantismo, os aspectos da natureza brasileira e os povos tradicionais foram intensamente valorizados nas obras, criando um movimento ufanista em relação a características nacionais. Tal quadro de valorização, quando comparado à realidade, não foi perpetuado, apresentando preocupantes desafios para a exaltação das comunidades nativas na contemporaneidade. Nesse sentido, a problemática não só deriva da inércia estatal, mas também do descaso social.

De início, é importante observar que a inércia governamental é uma das principais barreiras para a valorização dos povos tradicionais. Nessa perspectiva, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 é responsabilidade do Estado garantir a preservação e a exaltação das comunidades nativas, incluindo medidas voltadas para a proteção de suas culturas. Entretanto, tal postulado é quebrado quando comparado à contemporaneidade, haja vista que a maioria dos povos tradicionais, como indígenas e quilombolas, não possui seus direitos estabelecidos, a exemplo da demarcação de terras, sendo perversamente abandonada por um governo que não oferece o suporte e o auxílio garantidos por lei. Por conseguinte, a partir do momento que o Estado é passivo e negligente, as autoridades são responsáveis tanto por estabelecer um equivocado cenário de quebra de direitos constitucionais, quanto por criar um errôneo quadro de desvalorização cultural da nação, já que as culturas das comunidades nativas representam o patrimônio de todos os brasileiros. Desse modo, a postura governamental vigente acentua a negligência perante os povos naturais do país.

Além disso, o descaso social é outro desafio que alastra a desvalorização de comunidades nacionais. Nesse viés, segundo o escritor Nelson Rodrigues, isso ocorre devido ao Complexo Vira-Lata presente entre os indivíduos, em que os brasileiros apresentam, em sua maneira, um sentimento de inferioridade perante as nações exteriores, depreciando, assim, a cultura nacional. Sob tal ótica, grande parte da população assume equivocadamente um papel inerte e indiferente em relação à valorização das comunidades nativas, uma vez que, devido ao errôneo sentimento depreciativo, não é capaz de enxergar que a proteção e a exaltação dos povos tradicionais é de suma importância para garantir a sobrevivência desses grupos e para a preservação do patrimônio cultural da nação. Consequentemente, a visão míope e deturpada da sociedade é responsável por formar um corpo social negligente e indiferente acerca da pró-

pria história, ocasionando o abandono de parcelas tradicionais e o esquecimento do legado cultural dos povos nativos.

Fica claro, portanto, que medidas necessitam ser tomadas para solucionar a problemática. Nesse sentido, é preciso que o Estado elabore um projeto de amplificação da valorização das comunidades tradicionais, por meio do aumento de medidas de proteção a tais grupos, a exemplo da intensificação da demarcação de terras, com o objetivo de reverter a postura inerte dos órgãos governamentais, para que, dessa forma, os povos nativos tenham seus direitos garantidos. Ademais, a mídia institucional deve criar projetos de exaltação cultural, por intermédio da produção de campanhas digitais que abordem a importância da preservação de traços nacionais com o intuito de desconstruir o sentimento de inferioridade social, para que, dessa maneira, seja possível reverter o descaso dos indivíduos perante a valorização das comunidades nativas. Assim, os princípios de exaltação nacional presentes no Romantismo poderão ser relacionados à realidade brasileira."

REDAÇÃO 03

Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil – 2021

Em sua obra “Os Retirantes”, o artista expressionista Cândido Portinari faz uma denúncia à condição de desigualdade compartilhada por milhões de brasileiros, os quais, vulneráveis socioeconomicamente, são invisibilizados enquanto cidadãos. A crítica de Portinari continua válida nos dias atuais, mesmo décadas após a pintura ter sido feita, como se pode notar a partir do alto índice de brasileiros que não possuem registro civil de nascimento, fator que os invisibiliza. Com base nesse viés, é fundamental discutir a principal razão para a posse do documento promover a cidadania, bem como o principal entrave que impede que tantas pessoas não se registrem.

Com efeito, nota-se que a importância da certidão de nascimento para a garantia da cidadania se relaciona à sua capacidade de proporcionar um sentimento de pertencimento. Tal situação ocorre, porque, desde a formação do país, esse sentimento é escasso entre a população, visto que, desde 1500, os países desenvolvidos se articularam para usufruir ao máximo do que a colônia tinha a oferecer, visão ao lucro a todo custo, sem se preocupar com a população que nela vivia ou com o desenvolvimento interno do país. Logo, assim como estudado pelo historiador Caio Prado Júnior, formou-se um Estado de bases frágeis, resultando em uma falta de um sentimento de identificação como brasileiro. Desse modo, a posse de documentos, como a certidão de nascimento, funcione como uma espécie de âncora para uma população com escasso sentimento de pertencimento, sendo identificada como uma prova legal da sua condição enquanto cidadãos brasileiros.

Ademais, percebe-se que o principal entrave que impede que tantas pessoas no Brasil não se registrem é o perfil da educação brasileira, a qual tem como objetivo formar a população apenas como mão de obra. Isso acontece, porque, assim como teorizado pelo economista José Murilo de Carvalho, observa-se a formação de uma “cidadania operária”, na qual a população mais vulnerável socioeconomicamente não é estimulada a desenvolver um pensamento crítico e é idealizada para ser explorada. Nota-se, então, que, devido a essa disfunção no sistema educacional, essas pessoas não conhecem seus direitos como cidadãos, como o direito de possuir um documento de registro civil. Assim, a partir dessa educação falha, forme-se um ciclo de desigualdade, observada no fato de o país ocupar o 9º lugar entre os países mais desiguais do mundo, segundo o IBGE, já que, assim como afirmado pelo sociólogo Florestan Fernandes, uma nação com acesso a uma educação de qualidade não sujeitaria seu povo a condi-

ções de precária cidadania, como a observada a partir do alto número de pessoas sem registro no país.

Portanto, observa-se que a questão do alto índice de pessoas no Brasil sem certidão de nascimento deve ser resolvida. Para isso, é necessário que o Ministério da Educação reforce políticas de instrução da população acerca dos seus direitos. Tal ação deve ocorrer por meio da criação de um Projeto Nacional de Acesso à Certidão, a qual irá promover, nas escolas públicas de todos os 5570 municípios brasileiros, debates acerca da importância do documento de registro civil para a preservação da cidadania, os quais irão acontecer tanto extracurricularmente quanto nas aulas de sociologia. Isso deve ocorrer, a fim de formar brasileiros que, cientes dos seus direitos, podem mudar o atual cenário de precária cidadania e desigualdade.

REDAÇÃO 04

Invisibilidade e registro civil: garantia de acesso à cidadania no Brasil – 2021

O conceito "Cidadanias Mutiladas", do geógrafo brasileiro Milton Santos, explicita que a democracia só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social. A partir dessa perspectiva, é possível observar que a realidade contemporânea brasileira se distancia desse ideal democrático, uma vez que inúmeros indivíduos ainda permanecem em uma situação de invisibilidade acarretada pela ausência do registro civil - o qual atua como uma ferramenta de garantia de acesso à cidadania no país. Desse modo, é essencial analisar os principais propulsores desse contexto hostil: o descaso governamental e a falha educacional.

Sob esse viés analítico, é importante destacar, a princípio, que a inoperância é um fator preponderante para a ocorrência dessa problemática. Esse cenário decorre do fato de que, assim como pontuou o economista norte-americano Murray Rothbard, uma parcela dos representantes governamentais, ao se orientar por um viés individualista e visar um retorno imediato de capital político, negligencia a conservação de direitos sociais indispensáveis, como a garantia de registro civil. Em decorrência dessa indiligência do poder público, cria-se um ambiente propício para a precarização infraestrutural de locais especializados no aporte de documentação pessoal - materializada na carência de cartórios, sobretudo, em regiões mais afastadas dos centros urbanos. Logo, é notório que a omissão do Estado perpetua o deficitário acesso à cidadania.

Além disso, é válido ressaltar que a lacuna no sistema de educação potencializa essa conjuntura. Isso acontece porque, desde o século XX, com a implementação de um formato tradicionalista de ensino pelo ex-presidente Vargas, cristalizou-se um modelo educacional que negligencia o aprendizado de temas transversais, a exemplo de concepções básicas da cidadania. Nessa perspectiva, com o desconhecimento de parte da população - oriundo da escassez instrutiva - sobre a relevância da garantia de direitos, há uma invisibilização da situação sofrida pelas pessoas que não possuem documentos basilares, como a certidão de nascimento. Como consequência disso, mantém-se o quadro de ausência de ações sociais efetivas no que tange à reversão desse contexto, fragilizando, com isso, a isonomia presente nas relações democráticas. Dessa forma, é imprescindível combater a falha do processo educacional, visto que marginaliza uma classe da sociedade.

É evidente, portanto, a necessidade de medidas que solucionem os desafios impostos à garantia de acesso à cidadania no Brasil. Por isso, o Ministério Público - órgão responsável

pela defesa dos interesses sociais - deve, por meio da fiscalização da aplicação dos poderes estatais, pressionar o Estado no que se refere ao aporte de infraestrutura ao setor que oferta o registro civil, a fim de que a retirada desse documento seja ampliada para as diversas regiões do país. Ademais, as instituições escolares públicas e privadas devem, por intermédio de palestras, instruir os alunos acerca da importância da documentação pessoal, com o objetivo de minimizar a invisibilização desse tema, e, com isso, estimular atitudes combativas à conjuntura de indivíduos sem registro. Assim, o ideal do geógrafo Milton Santos será, de fato, uma realidade no país.

REDAÇÃO 05

O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira - 2020

De acordo com o filósofo Platão, a associação entre saúde física e mental seria imprescindível para a manutenção da integridade humana. Nesse contexto, elucida-se a necessidade de maior atenção ao aspecto psicológico, o qual, além de estar suscetível a doenças, também é alvo de estigmatização na sociedade brasileira. Tal discriminação é configurada a partir da carência informacional concatenada à idealização da vida nas redes sociais, o que gera a falta de suporte aos necessitados. Isso mostra que esse revés deve ser solucionado urgentemente.

Sob essa análise, é necessário salientar que fatores relevantes são combinados na estruturação dessa problemática. Dentre eles, destaca-se a ausência de informações precisas e contundentes a respeito das doenças mentais, as quais, muitas vezes, são tratadas com descaso e desrespeito. Essa falta de subsídio informacional é grave, visto que impede que uma grande parcela da população brasileira conheça a seriedade das patologias psicológicas, sendo capaz de comprometer a realização de tratamentos adequados, a redução do sofrimento do paciente e a sua capacidade de recuperação. Somada a isso, a veiculação virtual de uma vida idealizada também contribui para a construção dessa caótica conjuntura, pois é responsável pela crença equivocada de que a existência humana pode ser feita, isto é, livre de obstáculos e transtornos. Esse entendimento falho da realidade fez com que os indivíduos que não se encaixem nos padrões difundidos, em especial no que concerne à saúde mental, sejam vítimas de preconceito e exclusão. Evidencia-se, então, que a carência de conhecimento associado à irrealidade digitalmente disseminada arquitetam esse lastimável panorama.

Conseqüentemente, tais motivadores geram incontestáveis e sérios efeitos na vida dos indivíduos que sofrem de algum gênero de doença mental. Tendo isso em vista, o acolhimento insuficiente e a falta de tratamento são preocupantes, uma vez que os acometidos precisam de compreensão, respeito e apoio para disporem de mais energia e motivação no enfrentamento dessa situação, além de acompanhamento médico e psicológico também ser essencial para que a pessoa entenda seus sentimentos e organize suas estruturas psicológicas de uma forma mais salutar e emancipadora. O filme “Toc toc” retrata precisamente o processo de cura de um grupo de amigos que são diagnosticados com transtornos de ordem psicológica, revelando que o carinho fraternal e o entendimento mútuo são ferramentas fundamentais no desenvolvimento

integral da saúde. Mostra-se, assim, que a estigmatização de doentes mentais produz a escassez de elementos primordiais para que eles possam ser tratados e curados.

Urge, portanto, que o Ministério da Saúde crie uma plataforma, por meio de recursos digitais, que contenha informações a respeito das doenças mentais e que proponha comportamentos e atitudes adequadas a serem adotados durante uma interação com uma pessoa que esteja com alguma patologia do gênero, além de divulgar os sinais mais frequentes relacionados à ausência de saúde psicológica. Essa medida promoverá uma maior rede informacional e propiciará um maior apoio aos necessitados. Ademais, também cabe à sociedade e a mídia elaborar campanhas que preguem a contrariedade ao preconceito no que tange os doentes dessa natureza, o que pode ser efetivado através de mobilizações em redes sociais e por intermédio de programas televisivos com viés informativo. Tal iniciativa é capaz de engajar a população brasileira no combate a esse tipo de discriminação. Com isso, a ideia platônica será convertida em realidade no Brasil.

REDAÇÃO 06

O estigma associado às doenças mentais na sociedade brasileira – 2020

O filme *O Coringa* retrata a história de um homem que possui uma doença mental e, por não possuir atendimento psiquiátrico adequado, ocorre o agravamento do seu quadro clínico. Com essa abordagem, a obra revela a importância da saúde psicológica para um bom convívio social. Hodiernamente, fora da ficção, muitos brasileiros enfrentam situação semelhante, o que colabora para a piora da saúde populacional e para a persistência do estigma relacionado à doença psicológica. Dessa forma, por causa da negligência estatal, além da desinformação populacional, essas consequências se agravam na sociedade brasileira.

Em primeiro lugar, a negligência do Estado, a escassez de projetos estatais que visem a assistência psiquiátrica na sociedade contribui para a precariedade desse setor e para a continuidade desse estigma envolvendo essa temática. Dessa maneira, parte da população deixa de possuir tratamento adequado, o que resulta na piora de sua saúde mental e na sua exclusão social. No entanto, apesar da Constituição Federal de 1988 determinar como direito fundamental do cidadão brasileiro e acesso à saúde de qualidade, essa lei não é concretizada, pois não há investimentos estatais suficientes nessa área. Diante dos fatos apresentados, é imprescindível uma ação do Estado para mudar sua realidade.

Nota-se, outrossim, que a desinformação na sociedade é outra problemática em relação ao estigma dos distúrbios mentais. Nesse aspecto, devido à escassez de divulgação de informações nas redes sociais sobre a importância da identificação e do tratamento das doenças psicológicas, há a relativização desses quadros clínicos na sociedade. Desse modo, como é retratado no filme *"O Lado Bom da Vida"*, o qual mostra a dificuldade de inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade, parte da população brasileira enfrenta esse desafio. Com efeito, essa parcela da sociedade fica à margem do convívio social, tendo em vista a prevalência do desrespeito e do preconceito na população. Nesse cenário, faz-se necessária uma mudança de postura das redes midiáticas.

Portanto, vistos os desafios que contribuem para o estigma associado aos transtornos mentais, é mister uma atuação governamental para combatê-los. Diante disso, o Ministério de Saúde deve intensificar a criação de atendimentos psiquiátricos públicos, com o objetivo de melhorar a saúde mental da população e garantir o seu direito. Para tal, é necessário um direcionamento de verbas para a contratação dos profissionais responsáveis pelo projeto, a fim de proporcionar uma assistência de qualidade para a sociedade. Além disso, o Ministério das

Comunicações deve divulgar informações nas redes midiáticas sobre a importância do respeito às pessoas com doenças psicológicas e da identificação precoce desses quadros. Mediante a essas ações concretas, a realidade do filme O Coringa não somente figurará nas telas dos cinemas.

REDAÇÃO 07

A democratização do acesso ao cinema no Brasil - 2019

A construção dos feudos, muros que delimitavam uma determinada área no período da Idade Média, segregou milhares de pessoas e impossibilitou o acesso a bens que somente a nobreza podia usufruir. Semelhante a essa época, no contexto brasileiro contemporâneo, o cinema é um dos inúmeros meios de democratizar a cultura, mas ainda é "feudalizado", já que grande parte da população continua alheia a esse serviço. Então, tanto a concentração das salas de teledramaturgia em regiões mais desenvolvidas economicamente, quanto os exorbitantes preços dos ingressos e alimentos, vendidos com exclusividade pela empresa proprietária, mutilam a cidadania e consagram importantes simbologias de poder.

Nessa perspectiva, a cultura é imprescindível para a identidade de um povo e, indubitavelmente, o cinema é uma fundamental ferramenta de inclusão e de propagação de valores sociais. Entretanto, de acordo com o geógrafo Milton Santos, no texto "Cidadanias Mutiladas", a democracia, extremamente necessária para a fundamentação cultural do indivíduo, só é efetiva quando atinge a totalidade do corpo social, ou seja, na medida em que os direitos são universais e desfrutados por todos os cidadãos. Dessa maneira, a concentração das salas de cinemas em áreas com alto desenvolvimento econômico e o alheamento de milhares de pessoas a esse serviço provam que não há democratização do acesso à cultura cinematográfica no Brasil, marginalizando grande parcela da sociedade desprovida de recursos financeiros.

Outrossim, os preços abusivos de ingressos, a divisão das salas em categorias de conforto e a proibição de entrada de bebidas e alimentos, que não sejam vendidos no estabelecimento, dividem, ainda mais, a sociedade. Isso pode ser explicado pelo teórico Pierre Bourdieu, o qual afirma que todas as minúcias de um indivíduo constituem simbologias que são constantemente analisadas pelo corpo social, isto é, o poder de compra, as características pessoais e o acesso a bens e serviços refletem quem é o homem para outrem. Dessa forma, o alto custo praticado pelas redes cinematográficas violenta simbolicamente aqueles que não conseguem contemplar as grandes telas e aumenta a desigualdade.

Portanto, cabe à iniciativa privada, em parceria com os estados e municípios, promover a interiorização das salas de teledramaturgia, por meio da construção de novos empreendimentos em áreas distantes dos pólos econômicos e da redução dos custos para o consumidor de baixa renda, incentivando, então, a cultura mais democrática. Além disso, é responsabilidade da Ancine, Agência Nacional de Cinema, estabelecer um canal de comunicação mais

efetivo com o telespectador, por intermédio de aplicativos e das redes sociais interativas, para que denúncias e reclamações sobre preços abusivos possam ser realizadas. Como efeito social, a democratização do cinema no Brasil será uma realidade, destruindo, assim, barreiras e "feudos" sociais.

REDAÇÃO 08

A democratização do acesso ao cinema no Brasil - 2019

Embora a Constituição Federal de 1988 assegure o acesso à cultura como direito de todos os cidadãos, percebe-se que, na atual realidade brasileira, não há o cumprimento dessa garantia, principalmente no que diz respeito ao cinema. Isso acontece devido à concentração de salas de cinema nos grandes centros urbanos e à condição cultural de que a arte é direcionada aos mais favorecidos economicamente.

É relevante abordar, primeiramente, que as cidades brasileiras foram construídas sob um viés elitista e segregacionista, de modo que os centros culturais estão, em sua maioria, restritos ao espaço ocupado pelos detentores do poder econômico. Essa dinâmica não foi diferente com a chegada do cinema, já que apenas 17% da população do país frequenta os centros culturais em questão. Nesse sentido, observa-se que a segregação social — evidenciada como uma característica da sociedade brasileira, por Sérgio Buarque de Holanda, no livro "Raízes do Brasil" — se faz presente até os dias atuais, por privar a população das periferias do acesso à cultura e ao lazer que são proporcionados pelo cinema.

Paralelo a isso, vale também ressaltar que a concepção cultural de que a arte não abrange a população de baixa renda é um fator limitante para que haja a democratização plena da cultura e, portanto, do cinema. Isso é retratado no livro "Quarto de Despejo", de Carolina Maria de Jesus, o qual ilustra o triste cotidiano que uma família em condição de miserabilidade vive, e, assim, mostra como acesso a centros culturais é uma perspectiva distante de sua realidade, não necessariamente pela distância física, mas pela ideia de pertencimento a esses espaços.

Dessa forma, pode-se perceber que o debate acerca da democratização do cinema é imprescindível para a construção de uma sociedade mais igualitária. Nessa lógica, é imperativo que Ministério da Economia destine verbas para a construção de salas de cinema, de baixo custo ou gratuitas, nas periferias brasileiras por meio da inclusão de seu objetivo na base de Diretrizes Orçamentárias, com o intuito de democratizar o acesso à arte. Além disso, cabe às instituições de ensino promover passeios aos cinemas locais, desde o início da vida escolar das crianças, mediante autorização e contribuição dos responsáveis, a fim de desconstruir a ideia de elitização da cultura, sobretudo em regiões carentes. Feito isso, a sociedade brasileira poderá caminhar para completude da democracia no âmbito cultural.

REDAÇÃO 09

Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet - 2018

É fato que a tecnologia revolucionou a vida em sociedade nas mais variadas esferas, a exemplo da saúde, dos transportes e das relações sociais. No que concerne ao uso da internet, a rede potencializou o fenômeno da massificação do consumo, pois permitiu, por meio da construção de um banco de dados, oferecer produtos de acordo com os interesses dos usuários. Tal personalização se observa, também, na divulgação de informações que, dessa forma, se tornam, muitas vezes, tendenciosas. Nesse sentido, é necessário analisar tal quadro, intrinsecamente ligado a aspectos educacionais e econômicos.

É importante ressaltar, em primeiro plano, de que forma o controle de dados na internet permite a manipulação do comportamento dos usuários. Isso ocorre, em grande parte, devido ao baixo senso crítico da população, fruto de uma educação tecnicista, na qual não há estímulo ao questionamento. Sob esse âmbito, a internet usufrui dessa vulnerabilidade e, por intermédio de uma análise dos sites mais visitados por determinado indivíduo, consegue rastrear seus gostos e propor notícias ligadas aos seus interesses, limitando, assim, o modo de pensar dos cidadãos. Em meio a isso, uma analogia com a educação libertadora proposta por Paulo Freire mostra-se possível, uma vez que o pedagogo defendia um ensino capaz de estimular a reflexão e, dessa forma, libertar o indivíduo da situação a qual encontra-se sujeito - neste caso, a manipulação.

Cabe mencionar, em segundo plano, quais os interesses atendidos por tal controle de dados. Essa questão ocorre devido ao capitalismo, modelo econômico vigente desde o fim da Guerra Fria, em 1991, o qual estimula o consumo em massa. Nesse âmbito, a tecnologia, aliada aos interesses do capital, também propõe aos usuários da rede produtos que eles acreditam ser personalizados. Partindo desse pressuposto, esse cenário corrobora o termo "ilusão da contemporaneidade" defendido pelo filósofo Sartre, já que os cidadãos acreditam estar escolhendo uma mercadoria diferenciada mas, na verdade, trata-se de uma manipulação que visa ampliar o consumo.

Infere-se, portanto, que o controle do comportamento dos usuários possui íntima relação com aspectos educacionais e econômicos. Desse modo, é imperiosa uma ação do MEC, que deve, por meio da oferta de debates e seminários nas escolas, orientar os alunos a buscarem informações de fontes confiáveis como artigos científicos ou por intermédio da checagem de dados, com o fito de estimular o senso crítico dos estudantes e, dessa forma, evitar que

sejam manipulados. Visando ao mesmo objetivo, o MEC pode, ainda, oferecer uma disciplina de educação tecnológica nas escolas, através de sua inclusão na Base Comum Curricular, causando um importante impacto na construção da consciência coletiva. Assim, observar-se-ia uma população mais crítica e menos iludida.

REDAÇÃO 10

Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet - 2018

Segundo as ideias do sociólogo Habermas, os meios de comunicação são fundamentais para a razão comunicativa. Visto isso, é possível mencionar que a internet é essencial para o desenvolvimento da sociedade. Entretanto, o meio virtual tem sido utilizado, muitas vezes, para a manipulação do comportamento do usuário, pelo controle de dados, podendo induzir o indivíduo a compartilhar determinados assuntos ou a consumir certos produtos. Isso ocorre devido à falta de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar”, de forma correta, na internet, e à ausência de consciência, da grande parte da população, sobre a importância de saber utilizar adequadamente o meio virtual. Essa realidade constituiu um desafio a ser resolvido não somente pelos poderes públicos, mas também por toda a sociedade.

No contexto relativo à manipulação do comportamento do usuário, pode-se citar que no século XX, a Escola de Frankfurt já abordava sobre a “ilusão de liberdade do mundo contemporâneo”, afirmando que as pessoas eram controladas pela “indústria cultural”, disseminada pelos meios de comunicação de massa. Atualmente, é possível traçar um paralelo com essa realidade, visto que milhões de pessoas no mundo são influenciadas e, até mesmo, manipuladas, todos os dias pelo meio virtual, por meio de sistemas de busca ou de redes sociais, sendo direcionadas a produtos específicos, o que aumenta, de maneira significativa, o consumismo exacerbado. Isso é intensificado devido à carência de políticas públicas efetivas que auxiliem o indivíduo a “navegar” corretamente na internet, explicando-lhe sobre o posicionamento do controle de dados e ensinando-lhe sobre como ser um consumidor consciente.

Ademais, é importante destacar que grande parte da população não tem consciência da importância da utilização, de forma correta, da internet, visto que as instituições formadoras de conceitos morais e éticos não têm preconizado, como deveriam, o ensino de uma polarização digital”, como faz o projeto Digipo (“Digital Polarization Initiative”), o qual auxilia os indivíduos a acessarem páginas comparáveis e, assim, diminui, o compartilhamento de notícias falsas, que, muitas vezes, são lançadas por moderadores virtuais. Nesse sentido, como disse o empresário Steve Jobs, “A tecnologia move o mundo”, ou seja, é preciso que medidas imediatas sejam tomadas para que a internet possa ser usada no desenvolvimento da sociedade, ajudando as pessoas a se comunicarem plenamente.

Portanto, cabe aos Estados, por meio de leis e de investimentos, com um planejamento adequado, estabelecer políticas públicas efetivas que auxiliem a população a “navegar”, de

forma correta, na internet, mostrando às pessoas a relevância existente em utilizar o meio virtual racionalmente, a fim de diminuir, de maneira considerável, o consumo exacerbado, que é intensificado pela manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados. Além disso, é de suma importância que as instituições educacionais promovam, por meio de campanhas de conscientização, para pais e alunos, discussões engajadas sobre a imprescindibilidade de saber usar, de maneira cautelosa, a internet, entendendo a relevância de uma “polarização digital” para a concretização da razão comunicativa, com o intuito de utilizar o meio virtual para o desenvolvimento pleno da sociedade.